

2022



MAPA PARTICIPATIVO DE ENFRENTAMENTO À FOME DO GRANDE BOM JARDIM

RELATÓRIO COMPLETO

Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares (DIÁLOGOS)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da Alimentação (NUPEGA)

MAPA PARTICIPATIVO DE ENFRENTAMENTO À FOME DO GRANDE BOM JARDIM

RELATÓRIO

Organizadores

Eduardo Gomes Machado

Iara Rafaela Gomes

Adriano Paulino de Almeida

Regina Balbino da Silva

Geyse Anne Souza da Silva

Setembro de 2022

Fortaleza, Ceará

MAPA PARTICIPATIVO DE ENFRENTAMENTO À FOME DO GRANDE BOM JARDIM



CENTRO DE DEFESA DA VIDA
HERBERT DE SOUZA



UNILAB
Universidade da
Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ



Setembro de 2022

Fortaleza, Ceará



M254 Mapa participativo de enfrentamento à fome do Grande Bom Jardim : relatório / Organizadores Eduardo Gomes Machado ... [et al.] . - Fortaleza : Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa, 2022. 118 p. : il. ;

Autor 1: Eduardo Gomes Machado

Autor 2: Iara Rafaela Gomes

Autor 3: Adriano Paulino de Almeida

Autor 4: Regina Balbino da Silva

Autor 5: Geysse Anne Souza da Silva

ISBN: 978-65-992187-3-6

1. Segurança alimentar - Bom Jardim (Fortaleza, CE). 2. Fome - Bom Jardim (Fortaleza, CE). 3. Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) - Bom Jardim (Fortaleza, CE). I. Machado, Eduardo Gomes Geysse Anne Souza da. VI. Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa.

CDD - 363.82

Quem tem fome, tem pressa

Herbert de Souza

Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar-me é por deficiência de alimentação no estômago. E por infelicidade eu amanheci com fome

○ Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora, aquele que passa fome aprende pensar no próximo

Carolina Maria de Jesus





Missão

À luz do entrelaçamento das sabedorias popular e acadêmica oferecer à sociedade política um documento basilar para o planejamento e execução de políticas públicas emergenciais e estruturantes em segurança alimentar e nutricional às periferias.

Dedicatórias

Às ideias e às inspirações de espíritos iluminados de Betinho, de Josué de Castro e de Carolina Maria de Jesus.

Agradecemos

Às lideranças das 19 cozinhas comunitárias e das comunidades da ZEIS Bom Jardim pela paciência e participação assídua e comprometida neste processo de extensão e pesquisa.

À Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim pelo suporte nos processos de mobilização e pelo trabalho futuro de diálogo com poderes públicos para acompanhamento e pressão pela apropriação e uso das informações na formulação e implementação de políticas públicas em segurança alimentar e nutricional.

Aos professores Eduardo Gomes Machado e Iara Gomes pela sensibilidade em aceitar participar deste desafio e agregar suas energias pessoais e institucionais ao longo de oito meses, abrindo espaços em suas agendas e incluindo esta demanda como uma de suas prioridades acadêmicas do ano.

À Adriano Almeida, enquanto associado do CDVHS, sociólogo engajado organicamente, que doou seu tempo e conhecimento, contribuindo para ampliação do alcance deste trabalho.

Aos jovens pesquisadores sociais, os quais consideramos a alma do processo de pesquisa e o espírito dos resultados.

Aos parceiros que reservaram seus tempos para contribuir, mesmo que pontualmente, no processo de construção colaborativo, comunitário e participativo do conhecimento.

Equipe de Extensão e Pesquisa

Adriano Almeida

Defensor de Direitos Humanos, Sociólogo, Coordenador da Pesquisa

Eduardo Gomes Machado

Professor UNILAB, Coordenador Diálogos/Unilab

Eduardo Marques de Sousa

Morador GBJ, associado CDVHS, Fórum das Juventudes GBJ, graduando em Engenharia Ambiental IFCE, Pesquisador

Geyse Anne Souza da Silva

Licencianda em Pedagogia/Unilab, Diálogos/Unilab, Pesquisadora

Iara Rafaela Gomes

Professora UFC, Coordenadora NUPEGA/UFC

Moisés Tavares Cá

Bacharelado em Humanidades/Unilab, Diálogos Urbanos/Unilab, Pesquisador

Raquel Vieira

Moradora GBJ, integrante Jovens Agentes de Paz, Produtora Cultural, Pesquisadora

Regina Balbino da Silva

Doutoranda em Geografia/UFC e membro Diálogos Urbanos/UNILAB

Apoio técnico

Rogério da Costa Araújo

Associado e técnico CDVHS, psicólogo

Lúcia Albuquerque do Carmo

Coordenadora executiva do CDVHS, assistente social

Nícolas Gonçalves e Costa

Graduando em Arquitetura e Urbanismo UFC, Cientista Social, estagiário CDVHS

Cozinhas Comunitárias e Coletivo Participantes

Associação de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Bom Jardim

Associação Comunitária dos Moradores do Marrocos

Associação dos Moradores do Parque Santo Amaro

Centro União Beneficente dos Moradores da Granja Portugal

Cozinha Social da Associação Comunitária dos Moradores do Parque Nazaré

Cozinha Social AMBJUNIDAS

Cozinha Comunitária da Associação Espírita de Umbanda São Miguel

Cozinha Comunitária CPEC Pé no Chão

Cozinha Comunitária do Instituto Maria do Carmo

Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti

Cozinha Comunitária Projeto Irmão Sol, Irmã Lua

Cozinha Cultura Solidária da Associação Cultural Afoxé Omõrisà Odè

Cozinha Solidária e Criativa Criart

Cozinha Solidária Residencial Ana Facó

Cozinha SOS PERIFERIA

Escola de Gastronomia Autossustentável do Movimento de Saúde Mental

Fábrica do Bem

Instituto Avivar

Instituto Confia Brasil

Organização Queira Bem

ENTIDADE	INTERLOCUTORAS/ES
ASCOPAN	Carlos Augusto da Silva (Pim)
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis do Grande Bom Jardim (ASCABOMJA)	Antônia Mendes de Souza
	Edisleide Lima da Cruz
	Francisca Vieira
Associação dos Moradores do Marrocos	Francisca Ione Fernandes Silva
	Francisca José Fernandes Silva
	Karine da Silva Lima
	Maria de Oliveira Brasil
	Maria Leda de Menezes
	Maria Zélia Inácio Taboza
Suyane Yasmin de Oliveira Pereira	
Associação Queira O Bem	Paula Roberta Nunes de Oliveira
Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CDVHS)	Lúcia Albuquerque do Carmo
Centro União Beneficente dos Moradores da Granja Portugal	Lucia de Fatima Braga De Lima
	Regina Lúcia Maia da Silva
Conselho Comunitário de Defesa Social Granja Lisboa (CCDS)	Valberto de Souza
Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)	Francisca Malvinier Macedo
Cozinha da Associação dos Moradores do Bom Jardim (AMBJ Unidas)	Maria Zenilce de Freitas Sousa (Nice)
	Maria de Freitas Sousa
	Marileuda Gomes
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	Padre Jean Douglas Miranda de Sousa
Cozinha Comunitária do Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro (COMPASA)	Antonia Linhares Gonçalves
Cozinha Comunitária da Associação Espírita de Umbanda São Miguel	Francisca Vieira
	Miguel Ferreira Neto (Pai Neto)
Cozinha Cultura Solidária Omõrisà Odè	Marcos Antônio Silva Amorim
Cozinha Solidária e Criativa Criart	Cristina Nascimento de Sousa
Cozinha Solidária Residencial Ana Facó	Helena Lúcia da Silva
	Warley F. Miranda
Cozinha Comunitária CPEC Pé no Chão	Bernadete Ferreira Sousa
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	Antonio Elizeu de Sousa
	Leandro Camarro
	Natália Tatanka
Fábrica do Bem	Roberto Robinson Aragão
Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares/UNILAB	Eduardo Gomes Machado
	Geyse Anne Souza da Silva
	Moisés Tavares Cá
	Regina Balbino da Silva
Instituto Avivar	Alfredo F. da Silva (Pastor Fred)
	Rozelange Pereira de Lima (Pastora Zoza)
	Valdenir Oliveira Viana
Instituto Confia Brasil	Ariane
	Jeová da Costa
	Lucileide
Instituto Maria do Carmo	Maria Francilene da Silva (Cilene)

Irmão Sol Irmã Lua	Luiz Alberto de Souza Martins (Beto)
	Kélio PM
	Kennedy Souza de Oliveira
	Maria Elda Pereira Medeiros
Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da Alimentação (NU-PEGA)	Iara Rafaela Gomes
SOS Periferia	Anderson Marreira
	Jhonata Torres Morais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) – Universidade Estadual do Ceará (UECE)	Lucas Pinto Alves
	Eduardo Gomes Machado
Projeto de Extensão/Curso de Gastronomia – Universidade Federal do Ceará (UFC)	Eveline de Alencar Castro

Fonte: pesquisa, elaboração própria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E DINÂMICA COTIDIANA DA PESQUISA	18
2.1. CRONOGRAMA DA PESQUISA	18
2.2. PLANEJAMENTO E PACTUAÇÃO INICIAL DA PESQUISA	19
2.3. COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DA EQUIPE DA PESQUISA	19
2.4. OS INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DOS DADOS	20
2.5. AS OFICINAS DE LEITURA COMUNITÁRIA PARA CONSTRUÇÃO DOS MAPAS PARTICIPATIVOS	21
2.6. AS OFICINAS PARA VALIDAÇÃO DOS MAPAS PARTICIPATIVOS	22
2.7. AS RODAS DE DIÁLOGOS	22
2.8. O TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO E CESSÃO DE DIREITOS	22
3. A FOME E A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	23
3.1. O QUE ENTENDEMOS POR SEGURANÇA E INSEGURANÇA ALIMENTAR	23
3.2. O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA) NO CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)	26
3.3. COMO MAPEAR AS FAMÍLIAS E OS TERRITÓRIOS MAIS VULNERÁVEIS ÀS SITUAÇÕES DE FOME NO GRANDE BOM JARDIM	27
4. SÍNTESE DA FOME E DO ENFRENTAMENTO À FOME NO GRANDE BOM JARDIM: ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS	28
4.1. VISITAS IMERSIVAS ÀS COZINHAS COMUNITÁRIAS	28
4.1.1. GRAVIDADE DAS QUESTÕES DE SAÚDE MENTAL	29
4.1.2. TENSÕES E CONFLITOS TERRITORIAIS	30
4.1.3. PÚBLICOS ATENDIDOS PELAS COZINHAS COMUNITÁRIAS	30
4.1.4. ESTRUTURA DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS	35
4.1.5. DOADORES PERMANENTES E CAPTAÇÃO DE PÚBLICOS ATENDIDOS	39
4.1.6. EQUIPES DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS	40
4.2. MAPAS PARTICIPATIVOS DE ENFRENTAMENTO À FOME DO GRANDE BOM JARDIM	42
4.2.1. MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM	42
4.2.2. MAPA 2 - COMUNIDADES IDENTIFICADAS PELAS COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM	45
4.2.3. MAPA 3 - COMUNIDADES ATENDIDAS PELAS COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM	47
4.2.4. MAPA 4 - ÁREAS MAIS CRÍTICAS E VULNERÁVEIS À FOME DO GRANDE BOM JARDIM	49
4.2.5. MAPA 5 - LOCALIZAÇÃO DA ZEIS BOM JARDIM E DAS ÁREAS MAIS CRÍTICAS E VULNERÁVEIS À FOME DO GRANDE BOM JARDIM	49
4.2.6. MAPA 6 - LOCALIZAÇÃO DA ZEIS BOM JARDIM E DAS COMUNIDADES ATENDIDAS PELAS COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM	49
4.2.7. MAPA 7 - REDE DE COOPERAÇÃO ENTRE AS COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM	49
5. DEMANDAS, RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS	54
5.1. IMEDIATAS E EMERGENCIAIS	54
5.2. ESTRUTURAIS, CONTINUADAS E DE MÉDIO E LONGO PRAZO	56
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
7. REFERÊNCIAS	58
8. APÊNDICES	60
8.1. APÊNDICE 1 - ROTEIRO PARA SISTEMATIZAR INFORMAÇÕES DO DIÁRIO DE CAMPO	60
8.2. APÊNDICE 2 - INSTRUMENTO METODOLÓGICO - ROTEIRO DE VISITA IN LOCO E IMERSÃO ÀS COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM (GBJ)	60
8.3. APÊNDICE 3 - INSTRUMENTO METODOLÓGICO - ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DE FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS	63
8.4. APÊNDICE 4 - INSTRUMENTO METODOLÓGICO - LINHA DO TEMPO DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS	63
8.5. APÊNDICE 5 - PRÉ-TESTES DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA, DATAS E COZINHAS VISITADAS	64
8.6. APÊNDICE 6 - DATAS, LOCAIS E CONTEÚDOS DOS PROCESSOS FORMATIVOS DA EQUIPE DA PESQUISA	64
8.7. APÊNDICE 7 - LINKS E MATÉRIAS PUBLICADAS	64
8.8. APÊNDICE 8 - IMAGENS SELECIONADAS	66
8.9. APÊNDICE 9: DATAS, LOCAIS E PARTICIPANTES DAS OFICINAS DE LEITURA COMUNITÁRIA MAPAS PARTICIPATIVOS (COLETA DE INFORMAÇÕES)	67
8.10. APÊNDICE 10: DATAS, LOCAIS E PARTICIPANTES DAS OFICINAS DE LEITURA COMUNITÁRIA MAPAS PARTICIPATIVOS (VALIDAÇÃO PARTICIPATIVA)	69
8.11. APÊNDICE 11: RODAS DE DIÁLOGOS FINAIS (CONSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS DE RECOMENDAÇÕES E VALIDAÇÕES FINAIS DOS MAPAS E DA CARTA DA RCC)	71
8.12. APÊNDICE 12 - CARTA PÚBLICA DA REDE DE COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM	71

1. INTRODUÇÃO

A fome é um problema global, que vem se agravando nos últimos anos, atingindo desigualmente as comunidades, as famílias e as pessoas, considerando-se diferenças de classe social, nacionalidade, gênero, sexualidade, raça e etnia. A proporção de pessoas afetadas pela fome, que era da ordem de 8% em 2019, cresceu para 9,3% em 2020 e para 9,8% da população mundial em 2021. Em julho de 2021, o relatório "O Estado da Insegurança Alimentar e Nutricional no Mundo" (SOFI 2021) indicou como a fome teve um agravamento mundial, com aproximadamente 10% da população mundial sofrendo de desnutrição em 2020, o que equivale a 811 milhões de pessoas ou a um décimo da população global (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA); Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (WFP); Organização Mundial da Saúde (OMS).

Em julho de 2022, o relatório sobre a fome da ONU (Organização das Nações Unidas), constatou que aproximadamente 828 milhões de pessoas passam fome em todo o mundo, sendo que 150 milhões passaram a vivenciar esse problema desde o início da pandemia da Covid-19.

No Brasil a fome aumenta a cada dia, assumindo dimensões trágicas, presente também no estado do Ceará e na cidade de Fortaleza. O mesmo relatório da ONU sobre a fome, de julho de 2022, revelou que o número de brasileiros em situação de insegurança alimentar grave ou moderada atingia quase um terço da população do país. Segundo a ONU, Até 2021, a prevalência da insegurança alimentar grave no Brasil variou de 1,9% para 7,3% da população considerando os triênios 2014-2016 e 2019-2021, ou seja, subiu de 3,9 para 15,4 milhões de brasileiros.

Os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 (VIGISAN), estudo coordenado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e

Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), trazem dados ainda mais assustadores. Eles revelam que o Brasil passou de 19,1 milhões de pessoas que conviviam com a fome no final de 2020, para 33,1 milhões de pessoas que não têm o que comer em maio de 2022. Ou seja, em pouco mais de um ano, 14 milhões de novos brasileiros vivenciam situação de fome (<2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e SAN (pesquisassan.net.br)>).

A edição mais recente do VIGISAN, com dados coletados até abril de 2022, mostra que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990" (<2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e SAN (pesquisassan.net.br)>). Desse modo, no Brasil de 2022, apenas 4 em cada 10 domicílios conseguem manter acesso pleno à alimentação – ou seja, estão em condição de "segurança alimentar". Nesse contexto, 125 milhões de brasileiros "sobrevivem com algum grau de insegurança alimentar, ou seja, mais da metade da população do país convive com insegurança alimentar entre leve a grave" (<2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e SAN (pesquisassan.net.br)>).

Esse agravamento da insegurança alimentar e nutricional – e particularmente da fome – está relacionado à pandemia do novo Coronavírus, mas também à precarização do trabalho, ao aumento do desemprego e da inflação e às políticas neoliberais, as quais promovem a redução, a fragilização e/ou a destruição de sistemas e políticas públicas, particularmente no Brasil. Tudo isso provoca o trágico agravamento das desigualdades sociais, com a concentração de rendas, riquezas e propriedades aumentando, nas mãos de uma pequena parcela da população, enquanto as grandes majorias sofrem com violências e violações dos direitos humanos, a começar pelo direito à vida, à saúde e à segurança alimentar e nutri-

cional. Para exemplificar, no Brasil aumentam assustadoramente os índices de desemprego e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que o país acumulou uma alta de preços em 12 meses de 11,8% até junho de 2022, ficando acima da média inflacionária global.

Também faz parte do atual contexto a redução das políticas federais de segurança alimentar e nutricional e particularmente de enfrentamento à fome. Renato Maluf, Coordenador da Rede PENSSAN, indica que "Já não fazem mais parte da realidade brasileira aquelas políticas públicas de combate à pobreza e à miséria que, entre 2004 e 2013, reduziram a fome a apenas 4,2% dos lares brasileiros. As medidas tomadas pelo governo para contenção da fome hoje são isoladas e insuficientes, diante de um cenário de alta da inflação, sobretudo dos alimentos, do desemprego e da queda de renda da população, com maior intensidade nos segmentos mais vulnerabilizados" (<2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e SAN (pesquisassan.net.br)>).

Nesse contexto, Fortaleza, a quinta cidade mais populosa do Brasil, com estimativa de 2,7 milhões de habitantes, vivencia um trágico agravamento de sua questão social. A situação é ainda mais grave porque a cidade já possuía uma das maiores desigualdades sociais do mundo, com elevada concentração de renda e grandes contingentes de sua população vivendo em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo, a cidade foi uma das mais afetadas no Brasil pela pandemia da Covid-19 (COSTA et al, 2021).

Nas metrópoles brasileiras, as periferias urbanas são os espaços mais atingidos. Ao sudoeste da cidade de Fortaleza situa-se o território do Grande Bom Jardim (GBJ), com população estimada em 225.210 habitantes (CORES/SMS). O Grande Bom Jardim, composto pelos bairros Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira, e fronteira com os municípios de Maracanaú e de Caucaia, é um território periférico marcado por múltiplas violências e violações de direitos e por intensa vulnerabilidade social e precarie-

dade urbana. Considerando-se os 119 bairros de Fortaleza, todos os bairros do GBJ estão situados no ranking dos piores IDH-B (Índice de Desenvolvimento Humano - Bairros) da cidade: Bom Jardim (0,19), Canindezinho (0,14), Granja Lisboa (0,17), Granja Portugal (0,19), Siqueira (0,15) (Anuário do Ceará 2019-2020). Para comparação, os cinco bairros com melhores IDH-B da cidade, situam-se entre 0,95 (Meireles) e 0,77 (Guararapes) (<documentById (fortaleza.ce.gov.br)>).

No contexto atual, o Grande Bom Jardim vive surtos de arboviroses e grande presença das cepas variantes do Sars Cov 2, além de um conjunto de violências criminais, institucionais, urbanas e domésticas, desemprego, inflação e insegurança alimentar e nutricional.

O Grande Bom Jardim (GBJ) é um dos territórios do país que mais sofreu e sofre com a pandemia da Covid-19. Os dados da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e da plataforma IntegraSUS revelam que até 16 de agosto de 2022 o número de mortes pela Covid-19 no Grande Bom Jardim (821) supera os das cidades de Juazeiro do Norte (753) e de Sobral (776) e fica bem próximo dos da cidade de Maracanaú (858). Lembrando que se trata do terceiro, quarto e quinto municípios mais populosos do estado do Ceará: Juazeiro do Norte (276.264), Maracanaú (229.458), Sobral (210.711). Ademais, o GBJ tem 16.788 casos confirmados, taxa de letalidade de 4,9 e taxa de mortalidade de 364,5 por 100 mil habitantes. A taxa de letalidade do GBJ é 58,1% maior que a de Fortaleza. Por bairro, temos os seguintes óbitos por Covid-19: Bom Jardim (171), Canindezinho (135), Granja Lisboa (217), Granja Portugal (175), Siqueira (123). Por ano, no território, temos os seguintes contingentes de óbitos no GBJ: 2020 (336), 2021 (371), 2022 (114). Cabe indicar que mesmo com o surto epidêmico apresentando certa estabilidade desde fevereiro de 2022 as mortes causadas pelas complicações da Covid-19 continuam em nível elevado no território: Granja Lisboa tem uma taxa de letalidade de 7,6% (143% maior que a da cidade); Granja Portugal, de 5,3% (70% maior que a da cidade); e Canindezinho de 5,1% (59% maior que a da cidade).

Nesse contexto, os agentes populares-co-

munitários locais possuem uma experiência incontestável no enfrentamento à COVID-19, cabendo fazer referência às campanhas de solidariedade, ao Comitê Popular de Enfrentamento à Covid-19 do Grande Bom Jardim e às próprias cozinhas comunitárias locais, que se fortalecem e/ou emergem a partir desse contexto (MACHADO et al, 2021; ALMEIDA et al, 2021; CARLOS e MACHADO, 2020, v.1; CARLOS e MACHADO, 2020, v.2). Essa experiência com a COVID-19 revela como a sociedade civil local detém significativa capacidade de mobilização social, articulação e atuação política, exercendo um protagonismo relevante no enfrentamento às múltiplas dimensões da questão social, na afirmação de direitos e na luta pela geração de alternativas ao desenvolvimento no território.

Desde pelo menos o final dos anos 1970, evidencia-se uma trajetória associativa do movimento popular-comunitário no Grande Bom Jardim, com características que também fundamentam a construção do Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim. Evidenciando uma potente prática política de luta cotidiana por direitos, destacam-se as seguintes características do movimento popular-comunitário do Grande Bom Jardim:

- A capacidade de a sociedade civil local agregar múltiplos agentes – associações comunitárias, grupos religiosos, coletivos culturais, coletivos juvenis, organizações da sociedade civil, fóruns, dentre outros –, atuando conjuntamente e buscando a afirmação da justiça socioespacial, o acesso, garantia e usufruto de direitos e a geração de alternativas ao desenvolvimento para o Grande Bom Jardim;
- O fortalecimento continuado de ações conjuntas envolvendo a sociedade civil local e as universidades, valorizando processos educacionais e gerando conhecimentos e análises que fundamentam a formação de decisões e as demandas, agendas e propostas políticas apresentadas aos órgãos e agentes públicos;
- O protagonismo ativo do movimento popular-comunitário local buscando rela-

ções diretas e continuadas entre a sociedade civil e a sociedade política, promovendo a cidadania e uma democracia alargada, participativa e intensa;

- A incorporação ativa da educação popular, das metodologias extensionistas e de pesquisa participativas e do geoprocessamento e da cartografia à atuação do movimento popular-comunitário local, com destaque para o mapeamento participativo e a cartografia social;
- A lida cotidiana, sequencial e cumulativa com situações problemáticas graves e complexas, construindo e propondo/demandando respostas imediatas e emergenciais e ações e políticas públicas estruturais de média e longa duração.

O Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) compõe o movimento popular-comunitário local desde 1994. Também cabe destacar a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ), instituída em 2003, configurando-se enquanto um movimento em rede composto por mais de 30 componentes, inclusas organizações da sociedade civil, coletivos culturais e de juventudes, fóruns, associações comunitárias e grupos religiosos, dentre outros (MACHADO e FAUSTINO, 2018). A Rede DLIS do GBJ promove a agregação de forças locais em torno de estratégias de atuação e de demandas e propostas comuns.

Considerando todas essas questões, o CDVHS concebeu no primeiro semestre de 2022 a ideia de elaboração do Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome no Grande Bom Jardim, seguindo a mística político-pedagógica de exigibilidade de direitos fundamentada em diagnóstico da realidade e articulando conhecimento popular e científico. O CDVHS avaliou que a fome iria voltar ao topo da pauta política, figurando como prioridade, tornando-se uma das principais demandas por políticas públicas na sociedade brasileira. Aqui cabe destacar, desde já, que é bastante emblemático que o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) retome a mobilização social e a luta política de enfrentamento à fome no

território do Grande Bom Jardim, considerando que a instituição carrega o nome de um dos sociólogos que mais lutou para combater a fome no Brasil.

Alinhado ao eixo do projeto estruturante que o CDVHS efetiva em parceria com a Misereor (Obra Episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação ao desenvolvimento), intitulado "Direitos Humanos e Participação Popular: Construindo uma Cidade Democrática", a entidade concebeu uma ideia inicial da estratégia para o enfrentamento à fome para o território do Grande Bom Jardim, envolvendo: (1) elaborar um estudo que gerasse dados diretos georreferenciados sobre a gravidade territorial; (2) promovendo o engajamento cívico das cozinhas comunitárias, de lideranças e de coletivos associativos de comunidades com extremas vulnerabilidades; (3) sendo a base para elaborar e fundamentar proposições de políticas públicas para o enfrentamento à fome e o fortalecimento das Cozinhas Comunitárias, fundamentando a interlocução com o poder público no âmbito da exigibilidade de direitos.

Para formular o projeto dessa ação, com viés de pesquisa e extensão, agregaram-se ao CDVHS, de forma colaborativa e extensionista, o Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares (DIÁLOGOS), vinculado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), e o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da Alimentação (NUPEGA), vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC).

A partir de então, definiu-se o seguinte OBJETIVO GERAL: "Elaborar participativamente o Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim (GBJ), fundamentando e fomentando a formulação e a execução de ações e de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional para o território". E os seguintes OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar as áreas, as comunidades e as famílias mais vulneráveis, considerando escalas físico-geográficas intrabairros (comunidades, ruas e quadras);

- Fortalecer uma dinâmica de mobilização social e protagonismo político na luta pela segurança alimentar e nutricional, no território do Grande Bom Jardim e na cidade de Fortaleza;

- Evidenciar a relevância e o lugar das cozinhas comunitárias na promoção da segurança alimentar e nutricional no território, identificando estratégias para o fortalecimento e a sustentabilidade dessas cozinhas;

- Contribuir para a construção de uma forma permanente de organização e atuação popular-comunitária local, promovendo a segurança alimentar e nutricional no território, em interlocução e articulação com a Rede DLIS do GBJ;

- Gerar demandas, recomendações e propostas para a promoção da segurança alimentar e nutricional no território, envolvendo ações e políticas públicas emergenciais, imediatas e estruturais (de médio e longo prazo);

- Fomentar a concepção e a execução de uma política de segurança alimentar e nutricional para os territórios periféricos na cidade de Fortaleza.

O Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do GBJ dá voz a sujeitos que vivenciam diretamente o fenômeno, atuando na linha de frente, em um cenário em que comunidades e famílias possuem incertezas ou dificuldades para acessar alimentos, o que nos leva a afirmar que estão em dependência direta das cozinhas comunitárias, das campanhas de solidariedade e/ou de apoios variados. São pessoas, famílias e comunidades com privação de alimentos de qualidade e/ou com acesso a uma quantidade mínima necessária à sua existência. Revelam-se situações graves, complexas e continuadas que merecem um olhar mais apurado, e, portanto, esta pesquisa justifica-se pela urgência em mapear efetivamente as famílias e os territórios mais vulneráveis às situações de fome no território do Grande Bom Jardim, por meio de uma construção coletiva com a comunidade, especificamente as cozinhas comunitárias.

A proposta da cozinha comunitária não é nova. Como política pública federal ela já existe integrando o programa Fome Zero, implantado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, extinto no início de 2019. Ocorre que sua execução é irregular no território nacional. As Cozinhas Comunitárias são definidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) como equipamentos de capacidade média de atendimento. Sua operacionalização pode ser assumida por, entre outros, organizações comunitárias inseridas em programas municipais de geração de trabalho e renda (BRASIL, 2006).

A pesquisa que originou o Mapa Participativo de Enfrentamento à Covid-19 no Grande Bom Jardim, em 2021, identificou, à época, 14 cozinhas comunitárias no território. Em seguida, entre maio e junho de 2022 foram identificadas mais 06 cozinhas comunitárias no Grande Bom Jardim, totalizando 20 unidades. A identificação de 01 dessas cozinhas comunitárias foi realizada depois do fechamento do cronograma estendido de coleta da pesquisa. Entretanto, esta unidade é citada e informações gerais de sua atuação são registradas no relatório. Assim, a coleta direta de dados contemplou 19 cozinhas comunitárias. Quanto à amostra da pesquisa, considerando as duas grandes estratégias metodológicas de construção de dados - as visitas e a cartografia social -, quinze (15) cozinhas foram visitadas e 19 participaram do mapeamento participativo.

Soma-se ainda ao grupo pesquisado a Associação de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Bom Jardim (ASCABOMJA), estando também representadas comunidades integrantes da Zona Especial de Interesse Social Bom Jardim. Portanto, em síntese, participam 20 representações institucionais, sendo 19 cozinhas e 01 associação de catadoras e catadores de materiais recicláveis, também estando representadas comunidades da Zona Especial de Interesse Social Bom Jardim.

A seguir o Relatório irá apresentar: a estratégia metodológica e a dinâmica cotidiana da pesquisa; as referências conceituais; os dados construídos e as análises efetivadas; as demandas, recomendações e proposições

para a promoção da segurança alimentar e nutricional. É importante também destacar os apêndices que agregam informações relevantes.

2. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E DINÂMICA COTIDIANA DA PESQUISA

Serão descritos neste capítulo os processos e as atividades realizadas, a estratégia metodológica e a dinâmica cotidiana da pesquisa.

Inicialmente cabe destacar três grandes desafios vivenciados durante o processo. Primeiro, a gravidade da questão social vivenciada no território, atingindo diretamente os principais agentes da pesquisa, particularmente as cozinhas comunitárias, a ASCABONJA, as famílias e as comunidades locais. Nesse contexto, foi necessária muita força, compromisso social e político para participar das atividades e de todo o processo para a realização deste trabalho. Segundo, o contexto sindêmico – envolvendo não só a COVID-19, mas também a

Dengue, a Chikungunya, e Zika, a Influenza, as viroses respiratórias e a Nova Variola, dentre outras, agravando assim ainda mais esse quadro gerando adoecimentos, desgastes, receios e dificuldades variadas e consequentemente dificultando a realização de reuniões, oficinas e visitas às cozinhas comunitárias. Terceiro, as dificuldades logísticas e estruturais vivenciadas pelas cozinhas comunitárias e pelo movimento popular-comunitário, trazendo desafios para a viabilização dos recursos necessários à realização da pesquisa.

2.1. CRONOGRAMA DA PESQUISA

O Cronograma da Pesquisa, conforme indicado na Tabela 1, apresenta os principais processos e atividades desenvolvidas entre fevereiro e agosto de 2022. A partir do Cronograma, faremos uma descrição sintético-analítica da dinâmica da pesquisa, explicando os processos e atividades desenvolvidos e as estratégias metodológicas. O cronograma da pesquisa

ETAPAS	PROCESSOS/ATIVIDADES	MESES 2022							
		FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET
PRÉ-PRODUÇÃO	Construção das parcerias								
	Concepção e planejamento da pesquisa								
	Composição e formação da equipe e planejamento do trabalho								
	Elaboração inicial dos instrumentos metodológicos								
PRODUÇÃO	Pré-teste dos instrumentos metodológicos								
	I Roda de Diálogo - coletivização do Projeto de Pesquisa								
	Visitas às cozinhas comunitárias								
	Oficinas de mapas participativos (coleta de informações)								
	II Roda de Diálogo – elaboração de propostas e apresentação mapas participativos								
	Oficinas de mapas participativos (validação participativa)								
	Sistematização e análise dos dados								
	Produção textual e cartográfica								
	III Roda de Diálogo – consolidação das demandas, recomendações e propostas								
	Reuniões com gestores e parlamentares – demandas e propostas públicas								
Elaboração e validação participativa da Carta Pública da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim									

PÓS-PRODUÇÃO	Revisão, normalização, editoração, design e finalização do relatório								
	Elaboração e divulgação de peças de comunicação social								
	Mobilização social, articulação política e convites para o lançamento público do Mapa Participativo								
	Apresentação do Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim à sociedade civil e ao Estado e pactuação política								
	Reunião final da equipe para avaliação do processo								
	Construção e consolidação da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim								
	Reuniões acadêmicas para consolidação de ações de extensão no território								
	Produção de artigo científico e relato de experiência								
	Reuniões com gestores, parlamentares e magistrados e monitoramento de ações públicas								

Tabela 1 - Cronograma da Pesquisa

evidencia três etapas: pré-produção (entre janeiro e maio de 2022), produção (entre maio e agosto de 2022) e pós-produção (a partir de setembro de 2022), interligando diferentes processos e atividades.

2.2. PLANEJAMENTO E PACTUAÇÃO INICIAL DA PESQUISA

Entre fevereiro e maio de 2022, o CDVHS, o Grupo Diálogos e o NUPEGA consolidaram uma proposta preliminar de pesquisa, com foco em sua viabilidade imediata, possibilitando a geração rápida de dados, análises e recomendações, considerando a gravidade da situação vivenciada no território. Essa proposta foi apresentada às cozinhas comunitárias e à ASCABONJA, em reunião participativa com caráter informativo, de sensibilização para a participação, de mobilização e engajamento dos agentes individuais, coletivos e institucionais e de pactuação política do que faríamos – processos e atividades –, de como, quando e para que faríamos.

A partir de então deslançou uma dinâmica continuada de interlocução e de mobilização dos sujeitos da pesquisa. Para tanto, também foram criados dois grupos virtuais no aplicati-

vo WHATSAPP, um geral, com viés participativo e envolvendo todas as cozinhas comunitárias, a ASCABONJA e os agentes da pesquisa, e outro técnico-operacional, envolvendo a equipe da pesquisa.

2.3. COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DA EQUIPE DA PESQUISA

Entre abril e junho a equipe foi composta por onze (11) pessoas, representantes de três instituições, o Grupo Diálogos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares, vinculado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Geografia da Alimentação, vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC), e o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS). A equipe conta com quatro jovens pesquisadores sociais para o trabalho de campo. São eles: Moisés Tavares, Geyse Anne, Eduardo Marques e Raquel Vieira, para processos de mobilização social e coleta direta de dados qualitativos, sendo dois estudantes da Unilab, ambos vinculados ao Grupo Diálogos: Moisés Tavares, de Gui-

né Bissau, é bacharelado em Humanidades, e Geysel Anne Silva, brasileira, licenciada em pedagogia; e dois jovens moradores do território GBJ, Eduardo Marques graduando em engenharia ambiental pelo Instituto Federal do Ceará e Raquel Vieira, é produtora cultural com incidências e engajamentos em coletivos culturais e juvenis locais, como Jovens Agentes de Paz e Fórum de Cultura Grande Bom Jardim e Fórum das Juventudes do Grande Bom Jardim. Composto a equipe temos ainda Eduardo Machado, doutor em sociologia, professor da UNILAB e coordenador do Grupo Diálogos; Lara Gomes, doutora em geografia, professora do departamento de geografia da UFC e coordenadora do NUPEGA; Regina Balbino, doutoranda em Geografia pela UFC e membro do Grupo Diálogos; Adriano Almeida, defensor de direitos humanos, cientista social, mestre em linguística aplicada, coordenador da Pesquisa. Também compõem a equipe, Lúcia Albuquerque do Carmo, Coordenadora executiva do CDVHS, assistente social, e no apoio técnico, Rogério Costa, psicólogo social, técnico do CDVHS, e Nicolas Gonçalves, graduando em ciências sociais pela UFC e bolsista do CDVHS.

As atividades de formação da equipe, envolvendo reuniões e oficinas, buscaram: (1) um nivelamento geral das informações relevantes; (2) a construção conjunta e a consolidação das referências teórico-empíricas, das categorias analíticas e dos instrumentos metodológicos; (3) o fortalecimento do reconhecimento, dos vínculos interinstitucionais e interpessoais; (4) a definição e a pactuação das responsabilidades e da forma de organização do trabalho.

2. 4. OS INSTRUMENTOS DE CONSTRUÇÃO DOS DADOS

Entre abril e junho de 2022 foram elaborados quatro instrumentos para a construção dos dados, a saber: (1) o Diário de Campo dos Pesquisadores/as; (2) o Roteiro de Visita in loco e Imersão às Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim (GBJ); (3) o Roteiro de Avaliação de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças; (4) e a Linha do Tempo das Cozinhas Comunitárias. Em cada uma das visitas às entidades participantes da pesquisa – Cozinhas

comunitárias e ASCABONJA –, esses instrumentos foram mobilizados/aplicados.

O Roteiro de Visita in loco e Imersão às Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim (GBJ) teve a variação Roteiro de Visita in loco e Imersão às Unidades e aos Territórios dos Sujeitos de Pesquisa, elaborado especialmente para a coleta de dados na organização Associação das Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Bom Jardim (ASCABONJA), uma vez que a entidade não possui cozinha comunitária e em tese abriga um nicho profissional com perfil de alta vulnerabilidade, exclusão econômica e segregação social. O primeiro foi aplicado somente às unidades com cozinhas comunitárias e estruturado em 10 indicadores e mais um campo de informações específicas observadas durante cada visita (APÊNDICE 2). Esses dez indicadores são: identificação, localização, contatos, territórios sede (nano e micro território) e território de alcance (macroterritório), público, estrutura, metodologia operacional, equipe, parceiros/sustentabilidade. O segundo roteiro foi estruturado em 09 indicadores e mais um campo de informações específicas observadas durante cada visita, em seis páginas. Estes nove indicadores são: identificação, localização, contatos, território sede (nano e micro território), território de alcance (macroterritório), capital humano, renda e origens, estrutura, metodologia operacional, parcerias/sustentabilidade.

Cabe destacar as ideias de nano e microterritório que emergem a partir dessas visitas para pré-teste dos instrumentais. Foi possível perceber, então, que uma parte das cozinhas situa-se em microterritórios e nanoterritórios. O microterritório envolve o que se pode nomear como território de origem, o qual a entidade se vincula e no qual se enraíza e detém vínculos mais significativos, continuados, de maior proximidade e de média ou longa duração, geralmente envolvendo uma comunidade específica. Os nanoterritórios referem-se à quadra ou quadras e/ou à rua, ruas ou pedaços de rua(s) onde se situa a cozinha comunitária. Já o que foi nomeado como macroterritório, em sua maioria restringindo-se aos limites do Grande Bom Jardim, envolve o chamado território de alcance, agregando as comunidades atendidas e também as redes que vinculam

diferentes cozinhas comunitárias locais entre si, revelando o que é possível entender como territórios em rede ou territórios-rede. Aqui o conceito de território envolve dois vetores: (1) a interação continuada envolvendo diferentes agentes, marcada pela proximidade e por apropriações intersubjetivas, as quais permitem dinâmicas de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, e processos de reconhecimento mútuo, com sequencialidade e cumulatividade de patrimônios, memórias, identidades e vínculos socioespaciais; (2) uma apropriação socioespacial com viés político, revelando agentes que constituem capacidades de reconfiguração de espacialidades e/ou territorialidades, inclusive configurando fronteiras, afetando mobilidades e impactando uso, acesso, ocupação, construção e posse/propriedade da terra urbana, considerando múltiplas escalas físico-geográficas.

Em junho foi realizado um pré-teste, com visitas a três cozinhas comunitárias, possibilitando uma inserção preliminar no campo, a continuidade da aproximação e sensibilização dos agentes pesquisados e a consolidação dos instrumentos de construção dos dados. Destaca-se que foram momentos valiosos, já revelando, de modo preliminar, a relevância social e política das cozinhas comunitárias e a riqueza das informações a serem coletadas.

O instrumento Roteiro de Visita in loco e Imersão às Unidades e aos Territórios dos Sujeitos de Pesquisa teve como foco o mapeamento das catadoras e catadores associadas e associados à ASCABONJA, a identificação das suas origens natais e os atuais endereços residenciais, as suas composições familiares, ocupação e renda familiar a partir da atividade de catção, incluindo também possíveis benefícios continuados ou emergenciais, os seus territórios micro e macro de atuação profissional, as possíveis redes de colaboração com as cozinhas comunitárias do território, as possíveis redes de sustentabilidade com organizações privadas geradoras de resíduos e doadoras e as possíveis parcerias e engajamentos cívicos em instâncias colegiadas deliberativas setoriais e da segurança alimentar e nutricional.

O instrumento Roteiro de Avaliação de Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, mais

conhecido como FOFA, tem como variáveis estas quatro questões: Quais os pontos fortes (positivos) internos; Quais os pontos fracos (negativos) internos; Quais as oportunidades (possibilidades) externas; Quais as ameaças (dificuldades) externas. Já o instrumento Linha do Tempo é estruturado em cinco questões, com o objetivo de identificar marcos históricos importantes de cada organização pesquisada. Estas questões são: o Fato/O que aconteceu?; Quando aconteceu?; Quem participou?; Como aconteceu?; Por que é significativo/relevante?

Em reunião remota de equipe realizada dia 06 de julho, entre 18h e 20h, decidiu-se estimular a produção textual de análise da experiência de campo por pesquisadores/pesquisadoras sociais, a partir de cinco (05) questões orientadoras, como forma de agregar ao relatório as anotações dos diários de campo.

- Agora que você já concluiu as visitas, quais as possíveis tipologias de cozinhas comunitárias encontradas no GBJ?
- Quais os desafios de enfrentamento à fome vivenciados pelas pessoas à frente das cozinhas comunitárias?
- A partir de sua experiência de campo, de vivência de escuta de lideranças e de observação das cozinhas, como pesquisadora/o como você definiria o que é cozinha comunitária?
- O que poderia fortalecer as cozinhas comunitárias do ponto de vista de proposições comunitárias e de políticas públicas?
- Você acompanhou o momento de distribuição de comida por parte de alguma das cozinhas? O que mais chamou atenção nesta experiência?

2. 5. AS OFICINAS DE LEITURA COMUNITÁRIA PARA CONSTRUÇÃO DOS MAPAS PARTICIPATIVOS

Essas Oficinas tiveram caráter de leitura comunitária. O Cronograma das Oficinas foi definido/pactuado na Roda de Diálogo realizada no dia 20 de maio de 2022. As Oficinas nos dias 17 e 24 de junho, envolvendo as lideranças representantes das organizações parti-

cipantes da pesquisa, foram fundamentadas nos conceitos e metodologias da cartografia social, envolvendo: (1) territórios nano e micro onde se situam as cozinhas comunitárias; (2) territórios macros de atuação e alcance das cozinhas comunitárias; (3) rede de cooperação solidária estabelecida entre as cozinhas da Rede do Grande Bom Jardim; (4) áreas com maior gravidade da fome no território.

As oficinas na modalidade remota foram necessárias para que cumpríssemos a cobertura integral das iniciativas pesquisadas, considerando que novas unidades foram identificadas depois das agendas presenciais e outras que não puderam comparecer aos encontros presenciais, quer seja por motivo de incompatibilidade de agenda, quer seja por adoecimento da liderança representante. Cabe indicar que os meses de maio e junho foram os picos da quarta onda de transmissão da Covid-19 em Fortaleza.

Duas das cozinhas comunitárias que aceitaram participar da pesquisa não puderam comparecer nas datas de realização presencial das Oficinas de Mapas Participativos (17 e 24 de junho). Além disso, como duas novas cozinhas comunitárias, identificadas após o início do processo de pesquisa, apresentaram interesse em participar da pesquisa e integrar a Rede de Cozinhas Comunitárias do GBJ, a equipe resolveu realizar um ciclo virtual de Oficinas de Mapas Participativos na modalidade remota, tendo sido realizados quatro oficinas, nos dias 04, 05, 07 e 08 de julho de 2022.

2. 6. AS OFICINAS PARA VALIDAÇÃO DOS MAPAS PARTICIPATIVOS

Como estratégia para otimizar agenda e pautas, a equipe técnica da pesquisa decidiu pela realização de um ciclo de reuniões remotas com as cozinhas comunitárias para o processo de apresentação, qualificação e validação dos mapas participativos elaborados. No dia 28 de julho foi realizada uma reunião remota, entre 18h15 e 19h15, para apresentação da proposta de realização de um ciclo de reuniões remotas. Essas reuniões de apresentação, qualificação e validação dos mapas participativos elaborados ocorreram nos dias 08 e 11 de agosto de 2022.

2. 7. AS RODAS DE DIÁLOGOS

Foram realizadas três Rodas de Diálogo, instituindo um espaço de sensibilização, mobilização, diálogo e reflexão conjunta, socialização de informações, validação de dados e resultados, pactuação e construção conjunta de demandas, recomendações e propostas.

A primeira Roda de Diálogo foi realizada dia 20 de maio, no auditório Dom Aloísio Lorscheider, do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, à Avenida Osório de Paiva, 5623, Canindezinho, com as finalidades de apresentação do projeto de pesquisa aos sujeitos locais, aceite de participação, confirmação com assinatura de termo de consentimento livre de participação e cessão de direito de uso de informações, construção coletiva de calendário de trabalho para o processo de construção de dados, qualificação e validação de resultados e produtos.

A segunda Roda de Diálogo foi realizada dia 22 de julho, no auditório Dom Aloísio Lorscheider, do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, à Avenida Osório de Paiva, 5623, Canindezinho, com as finalidades de apresentação, qualificação e validação das peças cartográficas e elaboração coletiva de propostas de políticas públicas para inclusão em caráter de recomendações no relatório da pesquisa.

Como o tempo não foi suficiente para dar conta das pautas, a Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim decidiu realizar uma terceira Roda de Diálogo, no dia 12 de agosto, na sede da Cozinha Comunitária do Centro União Beneficente dos Moradores da Granja Portugal. Essa terceira Roda de Diálogo consolidou a construção coletiva e dialogada de demandas, recomendações e propostas.

2. 8. O TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO E CESSÃO DE DIREITOS

Foi elaborado, explicado e aplicado às organizações participantes da pesquisa o Termo de Consentimento de Participação e Cessão de Direitos. Todas as entidades participantes concordaram e assinaram o documento, ficando cada uma com uma cópia do protocolo, o que garante segurança ao processo de pesquisa e à geração dos produtos.

3. A FOME E A (IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A Segurança Alimentar e Nutricional ancora-se no direito de todas as pessoas ao acesso não somente regular, mas, sobretudo, permanente a alimentos de qualidade, também em quantidade suficiente, e sem o comprometimento ao acesso a outras necessidades essenciais. Tudo isso baseado em práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (II Conferência Nacional de SAN, 2004; LOSAN, 2006).

É importante lembrar que a noção de segurança alimentar, despontou no contexto de uma Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se durante a segunda metade do século XX, entendida a partir de questões atinentes à produção. Somente em seguida passaria a ser associada ao acesso aos alimentos, para enfim abordar questões referentes à qualidade sanitária, biológica, nutricional, bem como à dimensão cultural dos alimentos.

Nesse processo, incorporou-se a segurança nutricional para se tornar então, Segurança Alimentar e Nutricional, que vai além da disponibilidade de alimentos e se apresenta como a segurança da relação que o indivíduo e o coletivo possuem com o alimento. Neste caso, lembramos haver uma verdadeira confusão entre o entendimento de cada um destes termos juntos e separados, além do que, devemos mencionar o pouco esforço em esclarecer as populações sobre suas definições, quando na verdade muitas delas surgem quase que para amortecer o sentido duro do que tentam explicar, isto é, por que falar de Insegurança Alimentar quando na realidade estamos tratando da FOME?

Neste capítulo, trataremos tais noções e conceitos, bem como discutiremos sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para que possamos, por fim, apresentar uma síntese de como foi o proces-

so de mapeamento das famílias e dos territórios mais vulneráveis às situações de fome no Grande Bom Jardim.

3. 1. O QUE ENTENDEMOS POR SEGURANÇA E INSEGURANÇA ALIMENTAR

Começamos com perguntas bastante diretas: O que é a fome? Somos capazes de mensurá-la? Fome, Pobreza, Insegurança Alimentar são a mesma coisa? compreendemos que embora não sejam termos equivalentes, representam a perversidade do modelo de desenvolvimento não somente de países como o Brasil, mas de boa parte dos países e das cidades da América Latina, pois apresentam um conjunto imenso de pessoas desprovidas de bens e excluídas socialmente. Atualmente existem diversos métodos para mensurar a dimensão do problema, visando realizar comparações em escala internacional. Reconhecemos a complexidade em definir e mensurar a fome, no entanto, para esta pesquisa nos apropriamos de uma terminologia que possui uma definição socialmente reconhecida do fenômeno da fome e que expõe com clareza os territórios em situação de fome e risco de fome (RIBEIRO JUNIOR, 2021).

Pensar o conceito de fome, nos remete a polisssemia que o termo traz. Deste modo, há uma dificuldade inata ao seu entendimento, bem como devemos ter em mente o fato de não haver um conceito de fome que possa ser considerado correto. Entendemos a necessidade de problematização do conceito para que possamos analisar, de fato, este fenômeno. Do mesmo modo, deve-se superar a confusão existente quanto a utilização de outros conceitos que não possuem potencial elucidativo para explicá-la.

Começamos, deste modo, a tratar do conceito de Segurança Alimentar para que possamos compreender o seu oposto, que seria a Insegurança Alimentar (ou fome em nossa compreensão). A discussão sobre Segurança Alimentar surge na década de 1970. Seu entendimento desde sua origem até a definição atual, incluiu diversas variáveis econômicas e socioculturais. Para a FAO, mais recentemente, em uma definição estabelecida na Conferência Mundial da Alimentação (CMA) de

Roma em 1996, a Segurança Alimentar se estabelece quando todas as pessoas têm acesso físico, social e econômico permanente a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente para satisfazer suas necessidades nutricionais e preferências alimentares, tendo como base uma vida ativa e saudável.

Kepple e Segall-Corrêa (2011, p. 188) consideram que o conceito de SAN é “bastante abrangente, por natureza interdisciplinar, que envolve questões de acesso a alimentos de qualidade, práticas alimentares saudáveis, práticas sustentáveis de produção, cidadania e direitos humanos”. Conceituar SAN, no Brasil, é um grande desafio, sobretudo considerando que seu entendimento envolve diversas áreas, tais como saúde, nutrição, geografia, sociologia, antropologia, assistência social, educação, economia, direito, agricultura, entre outras. Todas possuem uma abordagem em sua compreensão e utilização do conceito, e têm um marco teórico particular. No entanto, esses marcos conceituais e disciplinares, tomados isoladamente, são insuficientes para a compreensão do problema em sua totalidade.

Fato é que sua abordagem pode ter diferentes prismas, de modo que, a escolha de um marco conceitual depende dos pressupostos assumidos por cada investigador ou grupo de investigação. Se o marco conceitual escolhido atender a apenas alguma ou algumas das dimensões da SAN, sua compreensão estará nos estreitos limites dele e, isso implica diretamente na compreensão do que temos sobre seu oposto que seria a Insegurança Alimentar.

Sobre a Insegurança Alimentar, temos inicialmente que o modo como utilizamos biologicamente os alimentos, o qual vincula estado nutricional e estado de saúde, permite sua definição mais aceita, isto é, a ingestão insuficiente de alimentos, quer seja transitória, estacional ou crônica. No ano de 2013, com base no trabalho das pesquisadoras norte americanas Kathy Radimer, na Universidade de Cornell e Cheryl Wehler, que integrava o Projeto Comunitário de Identificação da Fome Infantil, a FAO implementou o projeto *Voices of the Hungry* para estabelecer uma Escala de Experiência de Insegurança Alimentar (FIES) que mediria o acesso das pessoas ou das moradias

aos alimentos. Os níveis seriam os seguintes:

- **Insegurança alimentar leve:** ocorre quando existe incerteza sobre a capacidade para conseguir alimentos.
- **Insegurança alimentar moderada:** quando a qualidade dos alimentos e sua variedade está comprometida, a quantidade ingerida se reduz de forma drástica ou ainda, diretamente, determinadas refeições não são realizadas.
- **Insegurança alimentar grave:** este ponto é atingido quando não são consumidos alimentos durante um dia inteiro ou mais.

Para compreendermos essa classificação, portanto, é fundamental apontar que são duas as formas de mensuração da fome especialmente adotadas em escala internacional. Ambas fornecem dados oficiais que são largamente utilizados em pesquisas acadêmicas e políticas públicas. A primeira delas, trata-se do Indicador de Prevalência de Desnutrição e foi criada nos anos 1970 por Pandurang Sukhtame, então diretor da Divisão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A segunda forma, tem seu início nos Estados Unidos no início da década de 1980, quando o aumento da fome naquele país, explicitaria os limites daquele indicador e, o estudo conduzido por Radimer e Wehler, serviriam de referência para o desenvolvimento da Escala de Segurança Alimentar Domiciliar dos Estados Unidos. Nas duas pesquisas, a fome é definida a partir das experiências das pessoas que vivenciaram situações de privação alimentar.

Após as pesquisadoras Kathy Radimer e Cheryl Wehler terem estabelecido uma tentativa de escalonar os níveis de Insegurança Alimentar para realidade norte-americana, muitas instituições e mesmo pesquisadores individuais, passaram a refletir sobre os critérios utilizados para este propósito. Inclusive, para algumas propostas de mapeamento do cenário de insegurança alimentar ou fome, propriamente dita.

As pesquisas mencionadas têm méritos e limitações. Demonstrar a diferença entre a forma como a fome é definida clinicamente

por um lado e, socialmente reconhecida por outro, bem como apontar que as experiências relacionadas à privação de alimentos tendem a seguir uma mesma sequência podem ser considerados alguns de seus principais avanços. Um outro avanço, mas que também pode ser considerado um problema foi a elaboração, a partir desses estudos, de escalas de fome como forma de mensurar o fenômeno entre pessoas e domicílios. Nesse sentido, foram elaborados questionários para identificar a quantidade e a frequência de experiências relacionadas à fome, atribuindo uma pontuação às respostas obtidas.

As respostas dadas ao questionário podiam ser interpretadas da seguinte forma: quanto maior a quantidade e a frequência de experiências relatadas, maior seria a pontuação na escala e mais intensa seria, portanto, a situação de fome da pessoa ou no domicílio. Essas pesquisas serviram de base para que diferentes agências federais norte-americanas criassem a escala de Segurança Alimentar Domiciliar dos Estados Unidos. Foi a partir daquele momento, que pudemos perceber a modificação no termo FOME para (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR por partes do governo norte americano e que logo foi apropriada também pelos governos de outros países, como o Brasil.

No entanto, é válido mencionar que as definições que os Estados e organismos internacionais adotam para segurança alimentar são múltiplas e, portanto, não estão restritas ao acesso aos alimentos. No Brasil, a segurança alimentar e nutricional é definida em lei como “a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimento de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006).

Para apontar os países que não possuíam acesso adequado aos alimentos, a ONU criou o Mapa da Fome como uma ferramenta utilizada para acompanhar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O Prevalence of Undernourishment (PoU), mencionado antes,

é esta medida de acesso adequado a alimentos estabelecida por esta instituição em que o resultado é capaz de estimar a porcentagem da população cujo consumo alimentar é insuficiente para manter uma vida saudável. Baseado em uma média móvel dos últimos três anos, o indicador é considerado uma abordagem indireta para aferir a situação da insegurança alimentar.

A partir daí, surge a proposta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) validada entre os anos de 2003 e 2004, e utilizada inicialmente em inquéritos populacionais no Distrito Federal e em São Paulo. No ano de 2004, a EBIA foi incluída na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A partir deste momento, sua utilização se difundiu, sendo aplicada na Pesquisa Nacional em Demografia e Saúde (PNDS), de 2006, e nas PNADs de 2009 e 2013.

Na sequência, esta escala foi adaptada para outras populações, como os povos indígenas. No Brasil, a EBIA é aplicada em pesquisas domiciliares, por pesquisadores de campo treinados que entrevistam diretamente a pessoa responsável pela compra e preparo dos alimentos. Nos Estados Unidos, a coleta de dados sobre segurança alimentar domiciliar é realizada por entrevista telefônica ou por visita domiciliar, trazendo à discussão o aspecto da comparabilidade entre os métodos de aplicação e entre estudos realizados e as estatísticas nacionais.

É fundamental esclarecer que há divergência de metodologias aplicadas no Brasil para essa medida. José Graziano, experiente pesquisador sobre o tema da alimentação, em informações dispostas em artigo publicado pelo jornal online *Brasil de Fato*, em junho de 2021, aponta que pesquisas que utilizam a EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar), aplicada no Brasil, fornecem informações mais abrangentes sobre a situação de insegurança alimentar da população. Em síntese, o percentual de pessoas subalimentadas [PoU] é uma medida e a Escala de Insegurança Alimentar é outra e, portanto, chegam a resultados diferentes.

Sabemos que as pesquisas de base domiciliar,

necessitam de um procedimento que torna a realização do campo bastante onerosa, de fato, por conta justamente do tamanho da amostragem coerente para o levantamento deste tipo de informação. Portanto, é importante estudar novos métodos tanto de aplicação da EBIA, bem como de outras estratégias que possam, de algum modo, colaborar na mensuração do fenômeno, sobretudo para certas escalas.

Nesse sentido, para mapearmos as famílias e os territórios mais vulneráveis às situações de fome no Grande Bom Jardim, optou-se pela realização de uma pesquisa participativa, a partir do uso de metodologias de cartografia social com o envolvimento dos sujeitos atuantes nas cozinhas comunitárias.

Antes de mais nada é fundamental mencionar que para esta pesquisa nos utilizamos do termo “FOME”, pois não consideramos outro mais capaz de demonstrar sua urgência, ou em substituição a outro utilizado pelas escalas mencionadas anteriormente. O termo FOME, bem como outros que compõem a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi também discutido por Ribeiro Júnior (2015) e Ribeiro Júnior et al. (2021), e tem semelhança ao de “Insegurança Alimentar moderada e grave” que é utilizado pela EBIA.

O acesso, garantia e usufruto do direito à alimentação é uma questão que choca pelas desigualdades sociais extremas, afetando de modo diferente as populações, as classes e grupos sociais, as comunidades e famílias, no que envolve a segurança e insegurança alimentar e nutricional, inclusive extrema. Há enorme importância em desnaturalizar e problematizar a fome, questionando as formas que a vinculam a fatores naturais, ambientais, climáticos.

A primeira questão essencial a ser tratada seria: o que é realmente a fome?

Podemos acenar para o fato de que os cenários de FOME vinculam-se à confluência ou interseção de: (1) incertezas e preocupações em relação à capacidade de obter alimentos, o que revela um contexto que pode ser emo-

cionalmente devastador; (2) a qualidade inadequada de alimentação; (3) e a quantidade insuficiente de alimentos.

Ainda como parte do conjunto de discussões essenciais, precisamos refletir sobre o impacto da alimentação em relação a um grupo complexo de comorbidades, ao perfil epidemiológico contemporâneo, particularmente no Brasil, e, de modo geral, que afetam mais gravemente as populações que já são as mais vulneráveis socialmente. E impactando diretamente os sistemas de saúde e a possibilidade de vida plena para as pessoas e famílias. Isso vincula-se ao que Josué de Castro (1946), importante pesquisador sobre a fome, nomeia como fome oculta.

3. 2. O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA) NO CONTEXTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SAN)

A partir das reflexões e referências anteriormente apresentadas, emergem como questões essenciais: quais são as causas da fome? O que gera e reproduz a fome? Todos têm direito à alimentação? Como esse direito é compreendido no contexto da Segurança Alimentar e nutricional? É o que vamos discutir a seguir.

A origem da expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada” está no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC). No ano de 2002, o Relator Especial da ONU para o direito à alimentação definiu o Direito Humano à Alimentação Adequada da seguinte forma: “O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva.”

Projeções, antes da pandemia de CORONAVÍRUS, que atinge o mundo desde 2020, consideram que aproximadamente 67 milhões de pessoas na América Latina devem enfrentar

a insegurança alimentar até o ano de 2030. Em 2019, 47 milhões de latino-americanos e caribenhos passaram fome. Os dados são do relatório “Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo em 2020”, da Organização das Nações Unidas (ONU). E, devido à pandemia de COVID-19, a população em condições de extrema pobreza na América Latina e Caribe chegaria a 83,4 milhões de pessoas em 2020, o que implicaria um aumento significativo nos níveis de fome, devido à dificuldade que essas pessoas enfrentariam no acesso aos alimentos, apontaram a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e demais instituições.

Estima-se, ainda, que dois bilhões de pessoas sofrem de fome oculta, sobretudo mulheres com anemia e deficiência de ferro, assim como as 250 milhões de crianças afetadas por deficiência de iodo, a causa mais comum de retardamento mental, ou os 250 milhões de crianças que sofrem de deficiência subclínica de Vitamina A, extremamente importante no combate de doenças da visão. Para completar, uma nova epidemia de obesidade tem surgido, entre adultos e crianças de países tanto pobres como ricos, o que acarreta prejuízos significativos tanto para a saúde desses indivíduos como para o orçamento na área de saúde dos países.

O incremento do processo de globalização e da urbanização tem substituído rapidamente padrões dietéticos e hábitos alimentares tradicionais. Tudo isso, mais os problemas de desnutrição, aliados à educação do consumidor resulta em uma cada vez maior deterioração da situação alimentar e nutricional geral. Tudo isso demonstra a necessidade de se garantir a realização do DHAA enquanto estratégia fundamental para lidar com os problemas mencionados.

Infelizmente o direito à alimentação adequada e o direito de estar livre da fome estão distantes da realidade de muitas pessoas no mundo. Conforme os tratados internacionais de direitos humanos, existem duas dimensões indivisíveis do DHAA, quais sejam, o direito de estar livre da fome e da má nutrição e o direito à

alimentação adequada. No entanto, apesar de reconhecido em vários tratados e declarações internacionais, todos aprovados pelo Brasil, a realização do DHAA nestas duas dimensões, está longe de se tornar uma realidade para muitas pessoas.

Devemos saber que a garantia do DHAA passa pela promoção da reforma agrária, da agricultura familiar, de políticas de abastecimento, de incentivo à práticas agroecológicas, de vigilância sanitária dos alimentos, de abastecimento de água e saneamento básico, de alimentação escolar.

Países como o Brasil têm diversas realidades, com singularidades e dificuldades em cada uma delas e por isso não é possível descrever o conjunto completo das ações necessárias para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, pois cada grupo, família ou indivíduo reclama o seu direito de se alimentar com dignidade na medida em que forem superadas as dificuldades das suas realidades específicas.

O DHAA está indivisivelmente ligado à dignidade da pessoa humana, à justiça social e à realização de outros direitos. Esses devem ser vetores da necessidade de políticas e programas públicos que tenham como princípio a garantia e promoção da realização dos direitos humanos.

Nesta perspectiva, o processo é tão importante quanto o resultado. Desta forma, é interessante que práticas que promovam o DHAA considerem os princípios que se relacionam com esse direito e, assim, superem práticas ainda muito presente em diversos contextos, tais como aquelas de ordem paternalistas, assistencialistas, discriminatórias e autoritárias.

3. 3. COMO MAPEAR AS FAMÍLIAS E OS TERRITÓRIOS MAIS VULNERÁVEIS ÀS SITUAÇÕES DE FOME NO GRANDE BOM JARDIM

Diante das noções e conceitos desenvolvidos, cabe a partir de então, detalhar como foi construído o processo de mapeamento participativo de enfrentamento à fome do GBJ. Para isto, destacamos que pesquisadores e cozinhas comunitárias, a partir de seus

membros participaram na construção do conhecimento, de modo que os significados das situações de fome foram construídos, em um processo dialético, entre pesquisadores e sujeitos, a partir do entendimento da própria prática de enfrentamento.

Cabe destacar que entendemos por cozinha comunitária toda iniciativa solidária e popular da sociedade civil organizada na garantia do direito humano à alimentação, com ações pragmáticas de captação de parcerias para aquisição de insumos ou de itens alimentícios, quer seja com a distribuição direta destes materiais coletados, quer seja com a produção de alimentos e a distribuição de refeições à população local, considerando assentamentos urbanos com extremas vulnerabilidades.

A elaboração deste mapeamento parte de uma concepção da ciência como parte de um conjunto mais amplo de saberes, no qual o saber científico e os saberes populares diversos devem dialogar e transformar a realidade. Nesta perspectiva, as atividades da pesquisa iniciaram com uma primeira roda de diálogo, com objetivo de apresentar a proposta e trazer para a discussão os sujeitos integrantes das cozinhas comunitárias. A ideia foi estabelecer um diálogo inicial entre concepções acadêmicas e políticas e o saber comunitário, na primeira Roda de Diálogo, de modo a convocar uma reflexão coletiva, para sustentar a mobilização e a proposta das ações seguintes que seriam conduzidas pelos pesquisadores participantes do projeto.

Foi realizada uma primeira aproximação com as cozinhas anteriormente mapeadas durante a elaboração do projeto das ZEIS, notadamente a partir da reunião de uma rede existente de cozinhas e moradores da região, e se procurou divulgar e mobilizar outros membros de associações que realizassem atuações associadas aos objetivos apregoados pelas cozinhas comunitárias.

A partir da primeira Roda de Diálogo se formou o grupo nuclear de pesquisa, composto de participantes que demonstraram interesse em desenvolver uma pesquisa coletiva sobre o tema da FOME. Esse grupo, que contou com representantes das cozinhas comunitá-

rias, realizou oficinas de mapeamento participativo e/ou cartografia social nos dois meses seguintes. Debruçados todos ao redor de uma mesa e observando atentamente um mapa do Grande Bom Jardim, estavam grupos de pessoas, com olhos atentos sobre cada uma das ruas traçadas naquele grande mapa de modo a apontar até onde a fome com a qual conviviam podia ser alcançada por suas marmitas, sopas e por sua solidariedade.

“Não imaginava que alimentava tantas bocas!”. Esta frase foi dita em mais de uma ocasião, durante as oficinas de mapeamento, pelos sujeitos representantes das cozinhas comunitárias. Isso significa que alguns sequer tinham e têm dimensão do alcance de seu trabalho e atuação. Neste caso, o mapeamento foi complementado com as informações obtidas nas visitas e no questionário aplicado a cada uma das cozinhas.

Identificar as cozinhas, localizá-las, entender a sua atuação e a sua relevância para além da distribuição local dos alimentos, identificar quais comunidades recebem pontos de distribuição de alimentos, quais tensões territoriais interferem na distribuição de alimentos, a quantidade de pessoas atendidas e a real pressão diária por alimentos foram questões que nos ajudaram a fazer uma leitura e interpretação dos territórios mais vulneráveis às situações de fome no Grande Bom Jardim.

4. SÍNTESE DA FOME E DO ENFRENTAMENTO À FOME NO GRANDE BOM JARDIM: ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

Este capítulo apresenta e analisa os dados empíricos gerados pela pesquisa.

4.1. VISITAS IMERSIVAS ÀS COZINHAS COMUNITÁRIAS

Nas visitas realizadas pela equipe de pesquisadores para levantamento de informações que subsidiam este mapeamento, pudemos apreender aspectos bastante relevantes sobre a atuação das cozinhas comunitárias. O primei-

ro destaque vai para o número de Cozinhas Comunitárias (CC) mapeadas, que se ampliou quando comparados com o último levantamento realizado por conta da pesquisa. A pesquisa tomou como base o levantamento realizado pelo Comitê Popular de Enfrentamento à Covid-19, em 2021, com quatorze (14) cozinhas comunitárias, sendo que destas, doze (12) aceitaram participar da pesquisa, e, no processo de pesquisa, foram identificadas mais sete (07) novas cozinhas comunitárias, totalizando 19.

Verificou-se que a maioria das cozinhas tem funcionamento regular, muito embora reiteradamente faltem insumos para a preparação dos alimentos. As cozinhas são mais do que cozinhas, são espaços de acolhimento. Algumas delas desenvolvem outras ações, além da preparação e/ou distribuição de comida, inclusos cuidados, cursos e oficinas envolvendo públicos como crianças, adolescentes, mulheres e idosos.

As CC em sua grande maioria atendem a mais de uma comunidade. Algumas possuem transporte e por isso conseguem atender comunidades fora de seu microterritório de origem e até do Grande Bom Jardim. Essa mobilidade faz com que, inclusive, as cozinhas móveis adentrem em territórios marcados por tensões e violências múltiplas.

Neste tópico serão geradas informações analíticas acerca das cozinhas comunitárias com base em dados coletados nas visitas in loco de pesquisadores, o que podemos nomear como visitas imersivas, a partir dos instrumentos “Roteiro de Visita in Loco e Imersão às Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim (GBJ)” e “Roteiro de Visita in Loco e Imersão às Unidades e aos Territórios dos Sujeitos De Pesquisa” (específico para a Associação de Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis do Bom Jardim – ASCABOMJA). Apresentamos dados e análises preliminares acerca do perfil das cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim, contemplando: questões territoriais; desafios vivenciados; públicos atendidos; refeições produzidas/distribuídas; capacidade de produção; propriedade do imóvel que sedia a cozinha; tipologias de fogões, bancadas, lavabos/pias e pisos; certificações; controle

de pragas; automóvel para suporte logístico; doadores permanentes; equipes; e captação de público.

4.1.1 GRAVIDADE DAS QUESTÕES DE SAÚDE MENTAL

Nas visitas de reconhecimento às cozinhas comunitárias, realizadas pela equipe técnica em abril de 2022, as questões de saúde mental foram reputadas como bastante significativas e crescentes no território, atingindo dezenas de comunidades e milhares de famílias. Vários foram os casos relatados, por exemplo, de depressão, tentativas de suicídio, apresentadas nas narrativas das lideranças comunitárias, e com as quais necessitam lidar. Tratam-se de situações cotidianas sensíveis, complexas e difíceis de serem enfrentadas, e que ganham dimensão orgânica e estrutural no território, revelando a necessidade de políticas públicas para lidar em grande escala na periferia urbana com a saúde mental das comunidades, das famílias e das pessoas. Ganha destaque como algumas entidades popular-comunitárias que sediam cozinhas comunitárias se reinventam na sua organização e atuação, inclusive através de parcerias e articulações efetivadas, tornando-se ponto de apoio para que a população mais vulnerável possa lidar com esse quadro. Cabe reforçar que está ocorrendo nos últimos anos e particularmente em 2022 um aumento bastante significativo dos problemas de saúde mental na população local, particularmente nas comunidades e famílias mais vulneráveis, inclusos casos de depressão e tentativas de suicídio.

É urgente, portanto, a efetivação de ações imediatas e de políticas estruturantes, permanentes e territorializadas envolvendo cuidados diversos de prevenção e promoção da saúde mental da população local do Grande Bom Jardim. Cabe destacar três vetores. Primeiro, a importância de valorizar e fortalecer as cozinhas comunitárias, enquanto centralidades que lidam com essas questões e situações em uma escala que podemos nomear como intrabairros, nos microterritórios. Assim, evidenciam-se como entidades popular-comunitárias extremamente relevantes para aproximação, envolvimento e cuidado da população local; como geradoras de articulação

e mobilização social em uma escala físico-geográfica capaz de produzir envolvimento concreto de pessoas, famílias e comunidades, inclusive no que diz respeito à educação em saúde. Segundo, cabe destacar o histórico local da existência de cuidadores e terapeutas popular-comunitários, em todo o processo de constituição popular urbana do território, desde pelo menos os anos 1970. Nesse sentido, uma política efetiva de promoção da saúde mental no território necessita identificar, articular e promover a participação desses cuidadores e terapeutas locais. Terceiro, cabe destacar a atuação do Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim (MSMCBJ), atuante há décadas no território, na cidade e no estado do Ceará, e com reconhecimento nacional e internacional de suas práticas e metodologias.

4.1.2 TENSÕES E CONFLITOS TERRITORIAIS

Nas visitas de reconhecimento e nas visitas imersivas às cozinhas comunitárias, os conflitos territoriais foram indicados como bastante significativos no território. Questiona-

Existem limitações e/ou tensões nos territórios que interferem na distribuição de alimentos?

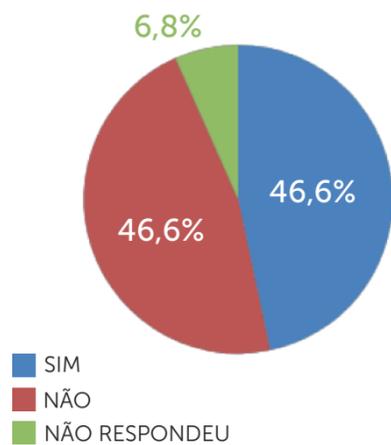


Gráfico 1 - Tensões territoriais
Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim.

das acerca da existência de limitações e/ou tensões territoriais que afetam a distribuição dos alimentos produzidos, das cozinhas respondentes 07 afirmaram que SIM (46,6%), 07 afirmaram que NÃO (46,6%) e 01 (6,8%) não respondeu. Cabe indicar que essa questão é bastante sensível, inclusive por envolver questões de violência criminal e delinqüencial.

As sete (07) cozinhas que responderam SIM à existência de limitações e/ou tensões territoriais que afetam a distribuição dos alimentos produzidos destacaram: pessoas envolvidas; disputas por domínio territorial; limitações de circulação; intrigas entre territórios empantando alguns dos beneficiários de receber o alimento; e locomoção de estudantes. Destacam-se as seguintes respostas: "Existia alguma dificuldade, mas por ser do bairro era mais fácil" e "Mas sentia que tinha pessoas que pediam para quem tava 'em casa'". Estes enunciados sinalizam a capilaridade das cozinhas comunitárias e o seu poder de acesso às pessoas nas comunidades mais vulnerabilizadas, a despeito das limitações territoriais.

É possível, portanto, afirmar a existência de limitações e tensões territoriais que atravessam e compõem o cotidiano urbano no território do Grande Bom Jardim, em múltiplas escalas, condicionando, dificultando e/ou impondo limites aos deslocamentos dos agentes no território. Cabe falar em delimitações e interdições que nem sempre estão configuradas através de barreiras físicas, mas, que nem por isso, deixam de ter sua efetividade urbana, normativa, política e simbólica.

4.1.3 PÚBLICOS ATENDIDOS PELAS COZINHAS COMUNITÁRIAS

Apresentamos aqui neste tópico os seguintes dados:

Nome da cozinha comunitária	Quantidade de famílias atendidas
SOS Periferia	2.000
Associação Queira O Bem	600
Cozinha AMBJ Unidas	400
Cozinha Cultura Solidária	400
Instituto Maria do Carmo	360
Ascopan	340

Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	250
Cozinha Solidária e Criativa Criart	200
Cozinha Comunitária do Compasa	200
Irmão Sol, Irmã Lua	150
Associação dos Moradores do Marrocos	150
CPEC Pé no Chão	100
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	100
Cozinha Comunitária São Miguel	50
Fábrica do Bem	28
TOTAL	5.328

Tabela 2 – Quantidade total de pessoas atendidas

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

TABELA 3 – Quantidade total de pessoas atendidas	
Nome da cozinha comunitária	Quantidade de pessoas atendidas
SOS Periferia	3.000
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	2.500
Associação Queira O Bem	2.400
Cozinha Cultura Solidária	1.600
Ascopan	1.360
Cozinha AMBJ Unidas	500
Instituto Maria do Carmo	400
Cozinha Solidária e Criativa Criart	400
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	400
Irmão Sol, Irmã Lua	350
Associação dos Moradores do Marrocos	300
Cozinha Comunitária do Compasa	300
Cozinha Comunitária São Miguel	160
CPEC Pé no Chão	150
Fábrica do Bem	130
TOTAL	13.950

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

A Tabela 2 indica como as cozinhas comunitárias respondentes atendem diretamente 5.328 famílias do território Grande Bom Jardim, revelando uma atuação bastante significativa. Mais da metade das cozinhas comunitárias, nove (09) delas, atendem duzentas ou mais famílias. Se fizermos uma média a partir dos totais levantados, quanto à capacidade das cozinhas, caso houvesse insumos, elas poderiam fornecer, cada uma, trezentas e quarenta (340) refeições por dia, o que nos leva a concluir que poderia ser atendido um contingente de aproximadamente 5 mil pessoas diariamente alimentadas.

A Tabela 3 revela a força dessas 15 cozinhas comunitárias, que atendem diretamente um universo de quase 14 mil pessoas (13.950) em mais de 60 comunidades, em situação extrema de vulnerabilidade socioeconômica e onde a fome se apresenta na sua forma severa.

Importante salientar que os números são oscilantes diante da sazonalidade das doações, num cenário de esvaziamento e cada vez mais escassas as práticas de colaborações por empresas e por outras organizações do setor privado. Em 2020, na primeira fase da pandemia, a rede solidária de doações era muito mais forte, cooperativa e rica em volumes, quantidades e periodicidade. No Brasil, os dados da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), contabilizaram 731.974 doadores até agosto de 2021, que doaram como resposta ao enfrentamento à pandemia mais de 7,1 bilhões de reais. A mesma organização identificou um total de 557 campanhas solidárias em todo o país, movimentando mais de 3,9 bilhões de reais.

Nos últimos 02 anos as doações têm se reduzido consideravelmente, justamente quando mais são necessárias, posto o aumento da desigualdade, da concentração de renda, a manutenção elevada do desemprego no país, altos índices do trabalho informal e o agravamento da insegurança alimentar e nutricional. As cozinhas comunitárias do GBJ pesquisadas indicam que as doações caíram drasticamente em 2022. Elas afirmam que para manter a produção faz-se necessário, basicamente, a captação de insumos, em especial as protei-

nas ("misturas"), e os custos básicos de manutenção, envolvendo aquisição de gás butano, água, energia elétrica e auxílio para as cozinhas e auxiliares.

A Tabela 4 indica a capacidade de atendimento diário e de produção diária de cada cozinha comunitária.

Nome da cozinha comunitária	Capacidade de atendimento	Capacidade de produção
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	300	500
CPEC Pé no Chão	200	500
SOS Periferia	300	500
Cozinha Cultura Solidária Omõrisà	-	400
Cozinha Comunitária São Miguel	200	200
Irmão Sol, Irmã Lua	-	150
Associação Queira O Bem	200	150
Ascopan	-	100
Cozinha Solidária e Criativa Criart	100	100
Fábrica do Bem	-	100
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	-	100
Instituto Maria do Carmo	180	80
Cozinha AMBJ Unidas	150	70
Associação dos Moradores do Marrocos	-	-
Cozinha Comunitária do Compasa	-	-
TOTAL	1.630	2.950

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

Cabe considerar que as redes cooperativas entre as cozinhas comunitárias nos permitem perceber duas coisas, para entender melhor o cotidiano das cozinhas comunitárias e o atendimento de famílias e pessoas. Primeiro, há

algumas cozinhas que não produzem alimentos, distribuindo os alimentos produzidos por outras cozinhas. Segundo, há cozinhas que apoiam outras cozinhas não somente distribuindo refeições já preparadas, mas também doando alimentos não perecíveis (como biscoitos) e/ou insumos. Isso explica, por exemplo, porque às vezes é diferente a capacidade de produção e de atendimento de cada cozinha. A inexistência de dados indica que a respectiva cozinha não quis mensurar ou não conseguiu mensurar os dados solicitados. Ou, ainda, que somente tem capacidade de produção e/ou distribuição eventual, à medida que recebem doações não sistemáticas, por exemplo. Desse modo, revela-se que há diferenças significativas no perfil das cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim, evidenciadas através das diferenças nas famílias e nas pessoas atendidas, na capacidade diária de produção de refeições e na capacidade diária de distribuição de refeições.

Algumas cozinhas não têm condições de infraestrutura de produção de alimentos e atuam, eminentemente, como distribuidoras a partir de alimentos produzidos por outras cozinhas da mesma rede, como são os casos das cozinhas das comunidades do Marrocos, de Santo Amaro e da paróquia Santa Paula Frassinetti.

A capacidade de atendimento das cozinhas do território acaba por ser limitada, considerando a dificuldade de conciliar as demandas por comida e as condições de produção – incluso a captação de recursos e insumos, a aquisição e manutenção de infraestrutura e os custos de pessoal e de gás. Isso gera uma subutilização de equipamentos que teriam maior capacidade de produção e distribuição de refeições. Situação lamentável se considerarmos a gravidade da fome e a excelente capilaridade de distribuição territorial da rede de cozinhas comunitárias do território, conseguindo chegar, e em escalas ampliadas, onde as ações do Estado e de outras organizações, por exemplo, como as do sistema de serviços sociais da indústria e do comércio, não alcançam como a realidade impõe no momento.

Apesar das grandes limitações encontradas hoje na atuação plena das cozinhas comunitárias

rias mapeadas, juntas, estas ainda conseguem garantir a produção e a distribuição diária de mais de 1,6 mil refeições. Caso houvesse investimentos públicos para a plena atuação da capacidade de produção destas cozinhas comunitárias o contingente de refeições produzidas e distribuídas diariamente subiria para quase 3 mil refeições (2.950). O efeito disso, em termos de promoção da saúde e da qualidade de vida das populações periféricas seria espetacular.

A seguir são apresentados dados de público atendido por faixa etária, etnia/raça e outros segmentos.

Nome da cozinha comunitária	Crianças	Adolescentes	Jovens	Adultos	Idosos
Ascopan	70	50	110	70	40
Cozinha AMBJ Unidas	-	-	-	-	-
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	-	-	-	-	-
Instituto Maria do Carmo	-	-	-	-	-
Cozinha Comunitária São Miguel	-	-	-	-	-
Cozinha Solidária e Criativa Criart	-	-	-	-	-
CPEC Pé no Chão	60	15	15	50	12
Irmão Sol, Irmã Lua	30	20	20	60	150
Cozinha Cultura Solidária Omõrisà Odê	320	-	480	640	160
Associação Queira O Bem	-	-	-	-	-
Associação dos Moradores do Marrocos	20	10	15	15	10
Cozinha Comunitária do Compasa	20	20	30	-	-
Fábrica do Bem	17	42	-	53	18
SOS Periferia	600	-	-	1.500	600
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	50	70	-	-	-

TOTAL	1.187	227	670	2.388	990
-------	-------	-----	-----	-------	-----

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

Os agentes interlocutores das cozinhas comunitárias participantes da pesquisa não se sentem seguros em declarar os quantitativos por faixa etária. No geral, os números acima são lances estimados pelas pessoas entrevistadas. A ausência de instrumentos de controle é uma das fragilidades encontradas no processo. Esta fragilidade constitui um dos objetos de interesse para a formulação e a execução de cursos e oficinas para as equipes das cozinhas comunitárias.

No entanto, também ponderamos a possibilidade do não acesso aos registros de dados no momento da entrevista. Porém, apesar da fragilidade no demonstrativo dos dados, chamamos atenção a ordem dos quantitativos por faixa etária, que talvez seja indicador das necessidades reais, considerando as faixas etárias: adultos, crianças, idosos, jovens e adolescentes. É possível perceber que os adultos são indicados como maiores contingentes atendidos, seguidos por crianças e idosos.

Nome da cozinha comunitária	Parda	Preta	Branca	Indígena
Ascopan	200	40	70	20
Cozinha AMBJ Unidas	-	-	-	-
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	-	-	-	-
Instituto Maria do Carmo	-	-	-	-
Cozinha Comunitária São Miguel	-	-	-	-
Cozinha Solidária e Criativa Criart	-	-	-	-
CPEC Pé no Chão	40	40	20	-
Irmão Sol, Irmã Lua	150	40	15	-
Cozinha Cultura Solidária Omõrisà Odê	640	640	160	160
Associação Queira O Bem	-	-	-	-

Associação dos Moradores do Marrocos	-	-	-	-
Cozinha Comunitária do Compasa	-	-	-	-
Fábrica do Bem	17	-	13	-
SOS Periferia	450	1.950	300	300
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	-	-	-	-
TOTAL	1.497	2.710	578	480

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

A mesma fragilidade identificada no item acima, público atendido por faixa etária, também é identificada nesta variável. Ressaltamos que, segundo último censo IBGE (2010), 70% da população do território é de cor, sendo 65% parda e 5% preta. Também salientamos que os percentuais podem variar para cima, posto que a questão de declaração de etnia/raça é autodeclarável e o país é atravessado pelo racismo e o povoamento local é fruto de uma ocupação migratória rural, sobretudo a partir do início da segunda metade do século XX, e irregular do ponto de vista fundiário, por atuação, muitas vezes clandestinas, de loteamentos e de imobiliárias. Também faz oportuno registrar que o território é um dos expoentes da cidade em número de comunidades religiosas tradicionais de matrizes africanas e indígenas. É possível perceber que sequencialmente os pretos são indicados como maiores segmentos atendidos, seguidos por pardos. Também cabe destacar o grande contingente indígena atendido, com a indicação de centenas de pessoas.

A questão da autoconsciência étnica também se faz necessária ser tomada como objeto de interesse de processos formativos – cursos e oficinas – com os agentes das cozinhas comunitárias.

Observamos ainda o registro para o campo indígena pela cozinha ASCOPAN, que tem sede no bairro Siqueira, bairro periurbano em processo de ocupação e urbanização, com reservas verdes e hídricas marcantes. Tomando os números totais por etnia/raça, observamos que a maioria do público atendido é de cor, sendo a maior parte preta, com 2.710 pessoas,

as, seguida de pardas, com 1.497 pessoas. Os dados correspondem aos percentuais gerados pelo último censo do IBGE, como citado acima. Na sequência, 578 pessoas brancas, e 480 pessoas indígenas.

Nome da cozinha comunitária	Pessoas com deficiência	LGBTQIAP+	Outros
Ascopan	10	50 (Grupos femininos)	-
Cozinha AMBJ Unidas	-	-	-
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	-	-	-w
Instituto Maria do Carmo	-	-	-
Cozinha Comunitária São Miguel	-	-	-
Cozinha Solidária e Criativa Criart	-	-	-
CPEC Pé no Chão	3	15	-
Irmão Sol, Irmã Lua	15	40	-
Cozinha Cultura Solidária Omôrisà Odê	15	30	Liberdade Assistida
Associação Queira O Bem	10	14	-
Associação dos Moradores do Marrocos	-	-	-
Cozinha Comunitária do Compasa	-	-	-
Fábrica do Bem	4	4	-
SOS Periferia	4	20 travestis	-
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	-	-	-
TOTAL	61	173	-

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

Embora ocorra aqui a mesma fragilidade quanto à declaração de dados, quer seja pela

fragilidade técnica dos registros das cozinhas comunitárias pesquisadas ou pela ausência de dados objetivos no momento da entrevista, os registros acima são reveladores quanto ao potencial inclusivo do trabalho das cozinhas comunitárias mapeadas.

Percebemos uma atenção singular de pessoas com deficiência, grupos de mulheres, LGBTQIAP+, inclusas travestis, e de pessoas em situação de liberdade assistida. E ainda devemos salientar que algumas destas cozinhas trabalham diretamente no atendimento com pessoas em situação de rua, embora não tenham declarado na entrevista. Assim, 61 pessoas com deficiência e 173 pessoas de comunidades LGBTQIAP+ são assistidas, além de pessoas em liberdade assistida e pessoas em situação de rua, cujos números não foram declarados ou são segmentos não citados. A questão da inclusão social das diversidades e das diferenças sociais também precisa ser trabalhada em processos formativos.

4.1.4 ESTRUTURA DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS

A partir desse momento apresentamos dados sobre as capacidades, as estruturas e as condições das cozinhas comunitárias, permitindo perceber homogeneidades e diferenças na rede de cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim.

Iniciamos pela capacidade de produção das cozinhas comunitárias, como indica a Tabela 8.

Nome da cozinha comunitária	Semanal	Mensal	Anual
Ascopan	-	-	-
Cozinha AMBJ Unidas	450	1800	21600
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	1500	6000	72000
Instituto Maria do Carmo	360	1440	17280
Cozinha Comunitária São Miguel	1000	4000	48000

Cozinha Solidária e Criativa Criart	200	800	9600
CPEC Pé no Chão	1000	4000	-
Irmão Sol, Irmã Lua	-	-	-
Cozinha Cultura Solidária Omôrisà Odê	200	-	-
Associação Queira O Bem	400	1600	19200
Associação dos Moradores do Marrocos	-	-	-
Cozinha Comunitária do Compasa	-	-	-
Fábrica do Bem	-	-	-
SOS Periferia	-	-	-
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	-	-	-
TOTAL	4.210	19.640	187.680

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

A ausência de dados nos campos da tabela provavelmente esteja relacionada com a dificuldade do pesquisador em proceder com a coleta, quer seja pela fragilidade dos interlocutores com a produção e registros de dados ou pelo não acesso às suas anotações no momento da coleta. No entanto, os dados nos servem para produção de uma estimativa aproximada da realidade. Assim, temos números expressivos que apontam para o potencial dessas cozinhas comunitárias, com as seguintes capacidades de produção: semanal de 4.210 refeições; mensal de 19.640 refeições; e anual, de 187.680 refeições.

Quanto à propriedade do imóvel que sedia a cozinha, a Tabela 9 traz informações.

Nome da cozinha comunitária	Própria	Cedida	Alugada	Comodato	Outro
Ascopan	X	-	-	-	-
Cozinha AMBJ Unidas	X	-	-	-	-
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	-	X	-	-	-

Instituto Maria do Carmo	-	X	-	-	-
Cozinha Comunitária São Miguel	X	-	-	-	-
Cozinha Solidária e Criativa Criart	X	-	-	-	-
CPEC Pé no Chão	X	-	-	-	-
Irmão Sol, Irmã Lua	X	-	-	-	-
Cozinha Cultura Solidária Omõrisà Odè	X	-	-	-	-
Associação Queira O Bem	X	-	-	-	-
Associação dos Moradores do Marrocos	X	-	-	-	-
Cozinha Comunitária do Compasa	X	-	-	-	-
Fábrica do Bem	X	-	-	-	-
SOS Periferia	-	-	X	-	-
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	-	-	-	X	-
TOTAL	11	02	01	01	-

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

Quanto à propriedade do bem imóvel que é sede da cozinha comunitária, das 15 cozinhas comunitárias respondentes, onze (11) declararam que a sede é própria (73%); duas (02) que a sede é cedida (13%); uma (01) que é alugada (7%); e uma (01) que é em comodato (7%). Este perfil, em que 73% das iniciativas funcionam em imóveis próprios, é um indicador de potencialidade no que se refere à captação de investimentos para o beneficiamento das cozinhas comunitárias, particularmente em infraestruturas. Esse perfil também remete ao fato de que várias cozinhas comunitárias, vinculam-se/foram criadas a partir de entidades anteriormente já existentes, algumas com décadas de presença e atuação no Grande Bom Jardim, inclusas, por exemplo, associações comunitárias ou religiosas e organizações da sociedade civil.

Em relação às certificações das cozinhas comunitárias, a Tabela 10 apresenta informações.

TABELA 10 – Certificações	
Nome da cozinha comunitária	Tipos
Ascopan	-
Cozinha AMBJ Unidas	-
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	Anvisa, SEUMA, Bombeiros, Regional V
Instituto Maria do Carmo	-
Cozinha Comunitária São Miguel	Regional V, SESC
Cozinha Solidária e Criativa Criart	-
CPEC Pé no Chão	-
Irmão Sol, Irmã Lua	Bombeiros, Regional V, PMF
Cozinha Cultura Solidária Omõrisà Odè	SEUMA
Associação Queira O Bem	-
Associação dos Moradores do Marrocos	Regional V
Cozinha Comunitária do Compasa	Mesa Brasil
Fábrica do Bem	-
SOS Periferia	-
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	-

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

Das cozinhas comunitárias interlocutoras da pesquisa, apenas 06 (40%) declararam possuir certificados emitidos por 7 órgãos certificadores. Portanto, faz-se salutar uma priorização de ações institucionais de captação de recursos e de parcerias. Destaca-se que se trata de uma questão complexa, burocrática e institucionalmente, com a qual as cozinhas precisam lidar, requerendo o apoio do poder público para tanto. Das cozinhas

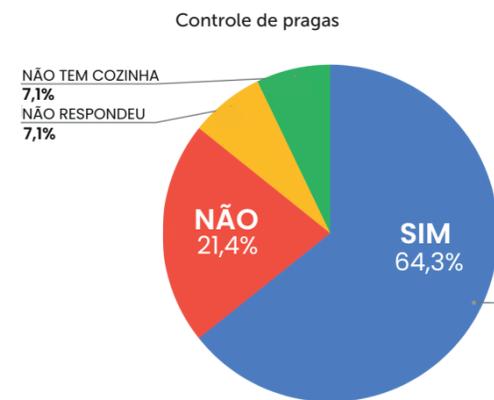


Gráfico 2 - Controle de pragas
Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim.

comunitárias interlocutoras da pesquisa, nove (09) (64,3%) responderam desenvolver procedimentos de controle de praga; quatro (04) (21,4%) declararam não proceder ao controle de pragas; uma (01) (7,1%) não respondeu ao item; e uma (01) (7,1%) não respondeu, porque não dispõe ainda de equipamento cozinha – embora não produza refeições, efetua a distribuição de refeições e se entende, portanto, como cozinha comunitária. Importante esta questão ser incluída como conteúdo formativo em futuros cursos e oficinas.

TABELA 11 - Lavabos/pias e tipologias			
Nome da cozinha comunitária	Doméstico	Industrial	Semi industrial
Ascopan	01	01	-
Cozinha AMBJ Unidas	03	-	-
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	-	08	-
Instituto Maria do Carmo	01	-	-
Cozinha Comunitária São Miguel	-	-	01
Cozinha Solidária e Criativa Criart	-	-	-
CPEC Pé no Chão	-	01	-
Irmão Sol, Irmã Lua	01	-	03
Cozinha Cultura Solidária Omõrisà Odè	02	-	-
Associação Queira O Bem	01	-	-
Associação dos Moradores do Marrocos	01	-	-
Cozinha Comunitária do Compasa	-	-	-
Fábrica do Bem	02	-	-
SOS Periferia	02	-	-
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	-	-	-
TOTAL	13	10	04

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

Quanto aos quantitativos de pias e lavabos por tipologia, as cozinhas comunitárias interlocutoras da pesquisa declararam possuir treze (13) pias domésticas, dez (10) industriais e quatro (04) semi-industriais. Os dados declarados e os omissos sugerem que, em média, estas unidades pesquisadas apresentam fragilidade na estruturação física dos seus espaços, caracterizado, possivelmente, por arranjos domésticos para a produção.

TABELA 12 - Bancadas por tipologias			
Nome da cozinha comunitária	Doméstico	Industrial	Semi industrial
Ascopan	01	-	-
Cozinha AMBJ Unidas	02	-	-
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	-	05	-
Instituto Maria do Carmo	01	-	-
Cozinha Comunitária São Miguel	-	-	01
Cozinha Solidária e Criativa Criart	-	01	-
CPEC Pé no Chão	-	01	-
Irmão Sol, Irmã Lua	-	01	-
Cozinha Cultura Solidária Omõrisà Odè	02	-	-
Associação Queira O Bem	01	-	-
Associação dos Moradores do Marrocos	-	-	-
Cozinha Comunitária do Compasa	-	-	-
Fábrica do Bem	-	-	-
SOS Periferia	-	-	-
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	-	01	-
TOTAL	07	09	01

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

Quanto aos quantitativos de bancadas por tipologia, as cozinhas comunitárias interlocuto-

ras da pesquisa declararam possuir sete (07) bancadas domésticas, nove (09) industriais e uma (01) semi-industrial. Os dados declarados e os omissos sugerem que, em média, estas unidades pesquisadas apresentam fragilidade na estruturação física dos seus espaços, caracterizado, possivelmente, por arranjos domésticos para a produção.

TABELA 13 - Fogões por tipologias			
Nome da cozinha comunitária	Doméstico	Industrial	Semi industrial
Ascopan	01	01	-
Cozinha AMBJ Unidas	01	-	01
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	-	05	-
Instituto Maria do Carmo	01	-	01-
Cozinha Comunitária São Miguel	-	-	01
Cozinha Solidária e Criativa Criart	01	-	01
CPEC Pé no Chão	-	01	-
Irmão Sol, Irmã Lua	-	-	03
Cozinha Cultura Solidária Omõrisà Odè	-	01	-
Associação Queira O Bem	01	01	-
Associação dos Moradores do Marrocos	-	-	-
Cozinha Comunitária do Compasa	-	01	01
Fábrica do Bem	-	-	-
SOS Periferia	-	02	-
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	-	-	-
TOTAL	05	12	08

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

Quando aos quantitativos de fogões por tipologia, as cozinhas comunitárias interlocutoras da pesquisa declararam possuir cinco (05) fogões domésticos, doze (12) industriais e oito (08) semi-industriais. Os dados declarados e

os omissos sugerem que, em média, estas unidades pesquisadas apresentam possuir um suporte razoável de ignição para a produção de alimentos, mas que, dada a relevância de suas atuações, estes espaços deveriam adquirir melhor estruturação do item fogão.

TABELA 14 - Pisos		
Nome da cozinha comunitária	Impermeável	Permeável
Ascopan	-	X
Cozinha AMBJ Unidas	-	X
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	X	-
Instituto Maria do Carmo	-	X
Cozinha Comunitária São Miguel	-	-
Cozinha Solidária e Criativa Criart	X	-
CPEC Pé no Chão	X	X
Irmão Sol, Irmã Lua	-	-
Cozinha Cultura Solidária Omõrisà Odè	X	-
Associação Queira O Bem	X	-
Associação dos Moradores do Marrocos	X	-
Cozinha Comunitária do Compasa	-	-
Fábrica do Bem	-	X
SOS Periferia	-	-
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	X	-
TOTAL	07	05

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

Das cozinhas comunitárias interlocutoras da pesquisa, 07 (47%) declararam que seus pisos são impermeáveis e 05 (33%) afirmaram que são permeáveis. 02 (13%) cozinhas não responderam à questão e 01 (7%) respondeu que está montando a cozinha através da captação de doadores locais, como redes de mercantis. Quase metade das cozinhas comunitárias

pesquisadas têm pisos adequados. Importante fortalecer as ações de adequações físicas destas unidades.

TABELA 15 - Automóvel para suporte logístico			
Nome da cozinha comunitária	SIM	NÃO	Não respondeu
Ascopan	1		
Cozinha AMBJ Unidas		X	
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	1		
Instituto Maria do Carmo		X	
Cozinha Comunitária São Miguel		X	
Cozinha Solidária e Criativa Criart		X	
CPEC Pé no Chão		X	
Irmão Sol, Irmã Lua	2		
Cozinha Cultura Solidária Omõrisà Odè	1		
Associação Queira O Bem			X
Associação dos Moradores do Marrocos		X	
Cozinha Comunitária do Compasa			X
Fábrica do Bem		X	
SOS Periferia	X		
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	1		
TOTAL	06 cozinhas / 07 automóveis	07	02

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

Das cozinhas comunitárias interlocutoras da pesquisa, 06 (40%) afirmaram possuir automóvel que é utilizado para suporte logístico de transporte de insumos e de distribuição de alimentos. Destas 06, 05 (83%) possuem 01 automóvel cada e 01 (17%) cozinha comunitária possui 02 automóveis. E 07 cozinhas comunitárias (47%) afirmaram que não possuem

automóvel. E 02 (13%) não responderam à questão.

Apenas 06 cozinhas comunitárias pesquisadas possuem automóvel para suporte no transporte de insumos e distribuição de alimentos, o que muitas vezes inviabiliza o acesso a itens e insumos doados.

4. 1. 5 DOADORES PERMANENTES E CAPTAÇÃO DE PÚBLICOS ATENDIDOS

TABELA 16 - Doadores Permanentes			
Nome da cozinha comunitária	NÃO	SIM	Se sim, quem?
Ascopan		X	Mesa Brasil / Mais Nutrição / Supervitão
Cozinha AMBJ Unidas		X	Movimento Saúde Mental EGA/ACPJ
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet		X	M. Dias Branco, Fortali
Instituto Maria do Carmo		X	Movimento Saúde Mental EGA
Cozinha Comunitária São Miguel		X	SESC
Cozinha Solidária e Criativa Criart		X	
CPEC Pé no Chão		X	Movimento Saúde Mental EGA
Irmão Sol, Irmã Lua		X	Sociedade Civil
Cozinha Cultura Solidária Omõrisà Odè	X		
Associação Queira O Bem		X	Movimento Saúde Mental EGA
Associação dos Moradores do Marrocos	X		
Cozinha Comunitária do Compasa	X		
Fábrica do Bem	X		
SOS Periferia		X	Auê do Amor

Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti		X	E G A Movimento Saúde Mental, Mercantil Analí, Risorlange, Deus Te Pague
TOTAL	04	11	

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

Das cozinhas comunitárias participantes da pesquisa, 11 (73%) declararam ter algum parceiro doador permanente ou frequente. E apenas 04 (27%) responderam não ter parceiro doador permanente ou frequente.

Assim, 73% das cozinhas pesquisadas listaram 12 representações institucionais doadoras permanentes: Mesa Brasil; Mais Nutrição; Superviltão; Movimento Saúde Mental EGA; ACPJ; M. Dias Branco, Fortali; SESC; Auê do amor; Mercantil Analí, Mercantil Ana Risorlange, Mernatil Deus Te Pague.

Importante destacar a relevância de criar e fortalecer uma política de captação de parceiros em nome da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, e animar as 04 cozinhas comunitárias que ainda não têm parceiros doadores permanentes. E, sobretudo, faz-se importante ressaltar que o papel da Escola de Gastronomia Autossustentável dessa rede solidária territorial, onde pelo menos 05 cozinhas citaram-na como doadora permanente.

Nome da cozinha comunitária	Modalidades citadas
Ascopan	Busca ativa, Famílias associadas, Acolhimento de demanda espontânea, Indicação, Passagem de carro de som; redes sociais
Cozinha AMBJ Unidas	Indicação
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	Busca ativa, Famílias associadas, Acolhimento de demanda espontânea, Indicação, Instituições parceiras, redes sociais e meios de comunicação do movimento
Instituto Maria do Carmo	Famílias associadas, Acolhimento de demanda espontânea, Indicação

Cozinha Comunitária São Miguel	Acolhimento de demanda espontânea
Cozinha Solidária e Criativa Criart	Famílias associadas, Indicação
CPEC Pé no Chão	Busca ativa, Famílias associadas, Acolhimento de demanda espontânea, Indicação
Irmão Sol, Irmã Lua	Busca ativa
Cozinha Cultura Solidária Omôrisà Odê	Famílias associadas, Acolhimento de demanda espontânea
Associação Queira O Bem	Busca ativa, Famílias associadas, Acolhimento de demanda espontânea, Indicação
Associação dos Moradores do Marrocos	Famílias associadas
Cozinha Comunitária do Compasa	Busca ativa
Fábrica do Bem	Busca ativa, Acolhimento de demanda espontânea
SOS Periferia	Famílias associadas, Acolhimento de demanda espontânea
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	Pastorais sociais

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

Evidencia-se uma caracterização da filantropia, da atuação como resposta pragmática à precarização extrema da realidade social, socorro às pessoas de seus quadros de associados, acolhimentos de demandas e de indicações e buscas ativas.

4. 1. 6 EQUIPES DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS

Nome da cozinha comunitária	Quant. de pessoas diretamente envolvidas na produção	Quant. de cozinheiras(os)	Quant. de auxiliares de cozinha
Ascopan	6	6	6
Cozinha AMBJ Unidas	5	2	1
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	5	4	1
Instituto Maria do Carmo	4	4	1
Cozinha Comunitária São Miguel	3	2	2

Cozinha Solidária e Criativa Criart	5	2	7
CPEC Pé no Chão	6	1	5
Irmão Sol, Irmã Lua	8	1	3
Cozinha Cultura Solidária Omôrisà Odê	4	4	-
Associação Queira O Bem	5	1	1
Associação dos Moradores do Marrocos	4	3	3
Cozinha Comunitária do Compasa	-	-	-
Fábrica do Bem	14	-	-
SOS Periferia	8	2	4
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	-	2	2
TOTAL	77	34	36

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

Ao total, as cozinhas comunitárias pesquisadas mobilizam 77 pessoas diretamente envolvidas na produção de alimentos. Destas, 34 são cozinheiras e 36 são auxiliares de cozinha. Importante salientar que boa parte destas/destes trabalhadoras/res não têm vínculo empregatício com estas cozinhas, atuando, em grande maioria, como trabalho informal e/ou voluntário. Em vários casos na modalidade que pode ser nomeada como escambo, permutando a força de trabalho por alimentação para elas/eles e seus familiares.

Portanto, as cozinhas comunitárias são um segmento produtivo potencialmente empregador que pode atuar como gerador de emprego e renda local, uma vez que todas as pessoas trabalhadoras envolvidas são da comunidade e, geralmente, ligadas aos quadros de associados. Está se falando aqui do que pode ser indicado como uma economia do cuidado, que vem ganhando força globalmente, nas últimas décadas e particularmente a partir da pandemia. Essa relevância econômica é ainda maior se considerarmos que várias cozinhas exercem o papel de formadoras de força de trabalho que se ocupam na área da gastronomia, através de cursos e oficinas

variados, alguns a partir de parcerias governamentais ou não governamentais. Também cabe destacar aqui a Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet, vinculada ao Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim, que articula, nos últimos anos, uma escola de gastronomia e a constituição do que nomeia como negócio social. É importante destacar isso para os gestores públicos, em especial, os gestores setoriais do trabalho, emprego, renda, turismo e desenvolvimento econômico. Também cabe indicar que a gastronomia social do território é um potencial nicho para o turismo gastronômico.

Nome da cozinha comunitária	Possui chefe de cozinha com formação?	Possui Nutricionista?	Possui Engenheiro(a) de alimentos?
Ascopan	Sim	Não	Não
Cozinha AMBJ Unidas	Sim	Sim	Não
Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	Sim	Sim	Sim
Instituto Maria do Carmo	Não	Não	Não
Cozinha Comunitária São Miguel	Sim	Não	Não
Cozinha Solidária e Criativa Criart	Sim	Não	Não
CPEC Pé no Chão	Não	Não	Não
Irmão Sol, Irmã Lua	Sim	Não	Não
Cozinha Cultura Solidária Omôrisà Odê	Sim	Não	Não
Associação Queira O Bem	Sim	Não	Não
Associação dos Moradores do Marrocos	Não	Não	Não
Cozinha Comunitária do Compasa	-	Não	Não
Fábrica do Bem	-	-	-
SOS Periferia	Sim	Não	Não
Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti	Não	Não	Não

TOTAL	9 Sim	3 Sim	1 Sim
	4 Não	11 Não	13 Não

Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim

Quanto à variável possui chefe de cozinha com formação, das cozinhas comunitárias pesquisadas, 09 (60%) afirmaram que SIM, que têm profissional com formação, o que revela um profissionalismo agregado, embora a sondagem não tenha se preocupado para a identificação do nível da formação, se técnica e/ou se acadêmica. E 04 (27%) responderam que NÃO possuem profissional. E 02 (13%) cozinha não responderam à questão.

Quanto à variável possui profissional de nutrição, das cozinhas comunitárias pesquisadas, uma grande e considerável maioria afirmou que não possui profissional de nutrição, 11 delas (73%). E apenas 03 (20%) destas cozinhas responderam sim, que possuem profissional em nutrição. 01 (7%) não respondeu à questão. Uma delas, embora tenha declarado não possuir uma profissional em nutrição, mas afirmou que tem parceria colaborada com outra instituição. As informações apontam a necessidade de investimentos públicos que garantam o custeio de pessoal profissional para esse setor.

E quando a variável é possui profissional da engenharia de alimentos os dados são ainda mais reveladores. A grande maioria (87%) afirmou que não possui este profissional, 13 cozinhas comunitárias. Apenas 01 (6,5%) cozinha comunitária afirmou que tem parceria que garante a intervenção de profissional da engenharia de alimentos. E 01 (6,5%) cozinha não respondeu à questão.

4. 2. MAPAS PARTICIPATIVOS DE ENFRENTAMENTO À FOME DO GRANDE BOM JARDIM

Serão apresentados a seguir os sete (07) mapas participativos gerados a partir da pesquisa.

4. 2. 1 MAPA 1 - LOCALIZAÇÃO DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM

O Mapa 1 indica a localização das cozinhas comunitárias no GBJ, assim como os equipa-

mentos de saúde, as escolas, os CRAS e os CREAS existentes, delimitando os bairros e as quadras, e sobrepondo os assentamentos precários.

A Tabela 20 indica o tamanho de cada bairro.

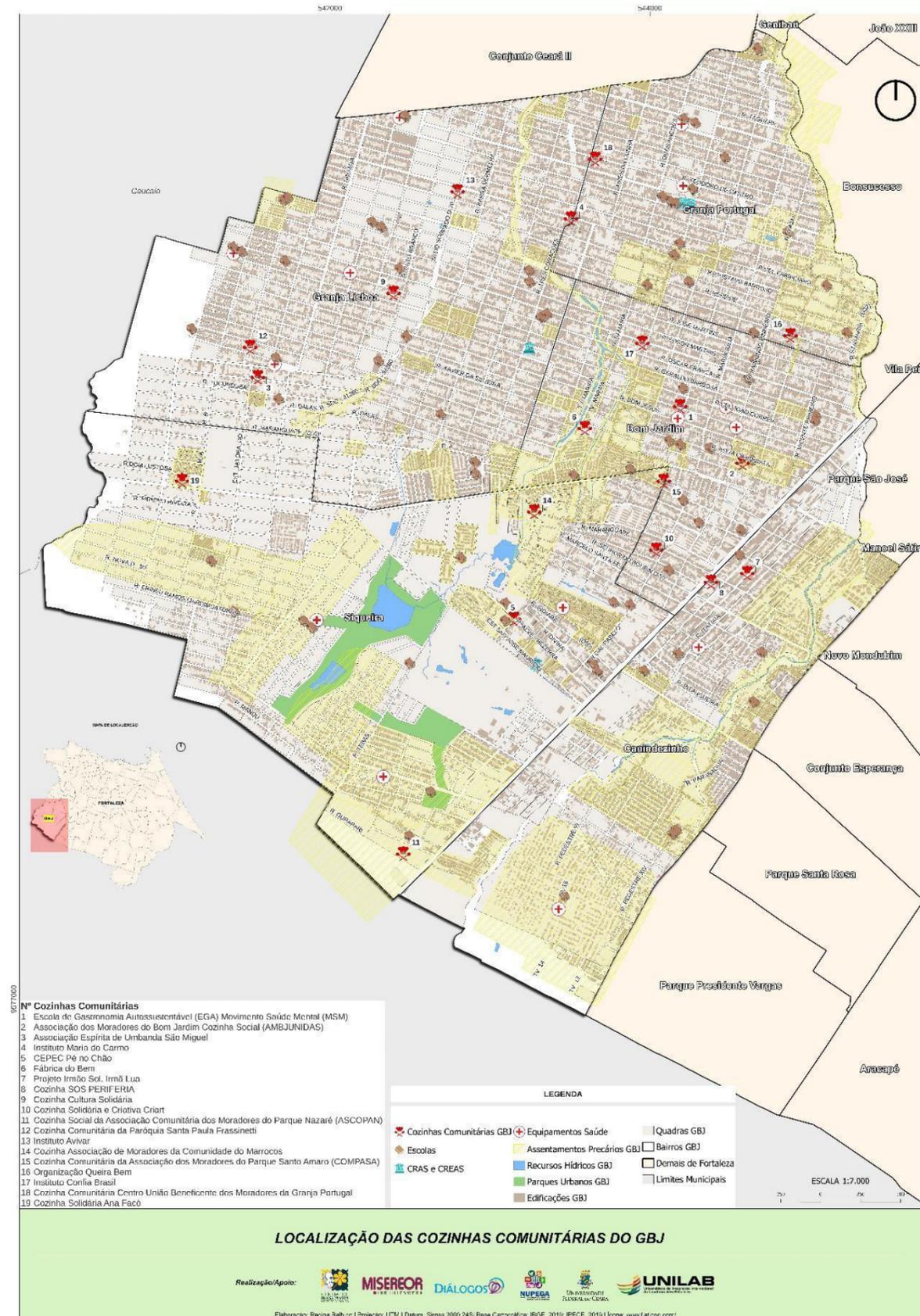
TABELA 20 - Tamanho de cada bairro

Bairro	Tamanho (Km ²)	Quantidade de Cozinhas
Siqueira	5,72	3
Granja Lisboa	4,82	7
Canindezinho	3,34	3
Granja Portugal	2,54	3
Bom Jardim	2,44	7
Total	18,86	23

Fonte: <http://moises-de-oliveira.blogspot.com/2019/03/ranking-dos-bairros-de-fortaleza-por.htm>

O Grande Bom Jardim ocupa uma área total de 18,86 Km², sendo o Siqueira o maior bairro e o Bom Jardim o menor. Mesmo o Bom Jardim sendo o bairro com menor área físico-geográfica, detém o maior contingente de cozinhas, seis (6), o que revela certa centralidade urbana desse bairro, assim como na dinâmica associativa e no protagonismo político. Granja Lisboa e Siqueira, os maiores bairros, com muitos vazios urbanos e caracterizando-se como área de expansão com fronteiras com Caucaia e Maracanaú, têm quatro (4) cozinhas cada. Já a Granja Portugal, ao norte-nordeste do território, detém três (3) cozinhas, enquanto o Canindezinho, muito marcado pelo fato de ser atravessado pelo Rio Maranguapinho, tem duas (2) cozinhas.

Todas as quatro (04) cozinhas localizadas no Siqueira situam-se em assentamentos precários. A Cozinha da ASCOPAN situa-se na fronteira sul do bairro, nos limites com Maracanaú e com Canindezinho; CPEC Pé no chão e Cozinha do MARROCOS situam-se ao norte e ao centro-norte do bairro, na área da ZEIS DO BOM JARDIM; a ASCABOMJA também se situa na área da ZEIS; a Cozinha solidária ANA FACÓ situa-se ao oeste/noroeste do bairro, a três quarteirões da fronteira com Caucaia. As duas (02) cozinhas do Canindezinho - IRMÃO SOL, IRMÃO LUA; SOS PERIFERIA - situam-se ao norte/noroeste do bairro, próximas à fronteira com o Bom Jardim. As seis cozinhas do



Bom Jardim - MSMCBBJ; AMBJUNIDAS; FÁBRICA DO BEM; CRIART; COMPASA; CONFIÁBRASIL - localizam-se em diferentes porções do bairro, sendo que o COMPASA localiza-se na fronteira com o Siqueira. Das três cozinhas da Granja Portugal, duas (02) situam-se ao oeste do bairro, na fronteira com a Granja Lisboa - INSTITUTO MARIA DO CARMO; UNIÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DA GRANJA PORTUGAL - e uma (01) ao sul/sudeste, na fronteira com o Bom Jardim - QUEIRA BEM. As quatro (04) cozinhas da Granja Lisboa - ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA DE UMBANDA SÃO MIGUEL; CULTURA SOLIDÁRIA; PARÓQUIA SANTA PAULA FRASSINETTI; INSTITUTO AVIVAR - estão distribuídas em diferentes áreas do bairro.

Das dezenove (19) cozinhas, oito (08) situam-se próximas a escolas; e cinco (05) situam-se próximas a equipamentos de saúde.

Também é importante verificar no Mapa 1 e na Tabela 21 a distribuição de equipamentos de educação, saúde e assistência social no território. No GBJ há 76 equipamentos de educação, 13 de saúde e 04 de assistência social. A Granja Lisboa e o Bom Jardim concentram os maiores contingentes de equipamentos de educação e saúde no território. Sete cozinhas situam-se próximas a escolas: SOS Periferia, ASCOPAN, CEPEC Pé no chão, Instituto Maria do Carmo, AMBJ Unidas, Projeto ABC, Projeto Irmão Sol, Irmã Lua; e CRIART. três situam-se próximas a equipamentos de saúde: Movimento de Saúde Mental Comunitária, Associação São Miguel e Santa Paula Frassinetti; e uma situa-se próxima a um equipamento de assistência social, Santa Cecília. Cabe destacar, porém, que a não proximidade não deve ser considerada, a priori, fator limitador à construção de parcerias e ações conjuntas envolvendo os equipamentos e as cozinhas comunitárias. Destacando que há recomendações para que a constituição de uma política pública de segurança alimentar e nutricional para a cidade de Fortaleza, atingindo particularmente as áreas e as populações mais vulneráveis, territorializando e integrando ações conjuntas envolvendo parcerias entre as cozinhas comunitárias e os equipamentos de educação, saúde e assistência social.

TABELA 21 - distribuição de equipamentos de educação, saúde e assistência social no território

Bairro	Educação	Saúde	Assistência Social
Siqueira	14	2	1
Granja Lisboa	21	4	1
Canindezinho	8	2	0
Granja Portugal	16	2	2
Bom Jardim	17	3	0
Total	75	13	4

Também cabe destacar, a partir do Mapa 01, a localização das cozinhas comunitárias considerando-se os assentamentos precários do GBJ. O Mapa 1 permite perceber que das dezenove (19) cozinhas comunitárias do GBJ sete (07) situam-se em áreas classificadas como assentamentos precários pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, e outras situam-se próximas a assentamentos precários. No Siqueira, situa-se em assentamentos precários a ASCOPAN, próxima à fronteira com Maracanaú, a Cozinha da Associação de Moradores da Comunidade de Marrocos, assim como a ASCABONJA. E situa-se na fronteira de assentamentos precários CPEC Pé no chão. No Canindezinho, situa-se na fronteira de assentamentos precários o CPEC Pé no chão. No Bom Jardim, situa-se em assentamentos precários a AMBJUNIDAS e situam-se na fronteira de assentamentos precários a Cozinha Comunitária da Associação dos Moradores do Parque Santo Amaro e a Fábrica do Bem. Cabe destacar que apesar de algumas cozinhas não situarem-se geograficamente dentro das áreas classificadas oficialmente como assentamentos precários, em variados casos atendem pessoas, famílias e comunidades desses assentamentos.

A distribuição das cozinhas nos bairros revela dinâmicas associativas, de articulação política e de mobilização social. Do total de dezenove (19) cozinhas, dez (10) situam-se em áreas de fronteiras entre bairros/municípios. As cozinhas comunitárias adquirem o caráter de pontes que interligam diferentes microterritórios no GBJ, situando-se nas encruzilhadas - entre os assentamentos precários e as centralidades intrabairros; entre diferentes bairros; entre a cidade e outros municípios. Imagem

potente para revelar a importância e a força das cozinhas comunitárias. Particularmente se entendemos que algumas dessas fronteiras urbanas configuram limites - envolvendo comunidades, ruas e quadras - que barram ou restringem deslocamentos de parcelas dos moradores. Assim, situam-se nas franjas periurbanas, nos limites da expansão urbana citadina, onde a cidade ainda se faz precária e onde há ausência de equipamentos, serviços e políticas públicas e infraestruturas urbanas, mas também considerando a atuação de organizações criminais que delimitam fronteiras no território. Configuram-se, assim, demarcações territoriais, várias delas marcadas por tensões, conflitos e riscos. Nesse contexto, várias cozinhas assumem uma função social e urbana de intermediar, interligar, articular, conectar, driblar ou transcender esses limites ou fronteiras, atendendo segmentos sociais que por vezes vivenciam restrições em seus deslocamentos no território.

Também cabe destacar, quanto à localização das cozinhas comunitárias, que observamos dois padrões em sua distribuição. Algumas cozinhas apresentam-se agregadas, situadas próximas, sendo o caso: (I) da cozinha da Associação de Moradores da Comunidade dos Marrocos e da Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Bom Jardim (ASCABOMJA); (II) do Projeto Irmão Sol, Irmã Lua no Canindezinho e da SOS Periferia no Bom Jardim; (III) da Cozinha Cultura Solidária e da Associação Cultural Afoxé Omõrisa Odé na Granja Lisboa. Outras se apresentam localizadas individualmente. Apesar desses padrões diferenciados de localização no território, percebemos a atuação em rede envolvendo várias dessas cozinhas comunitárias, independente do padrão, como será destacado no Mapa 7.

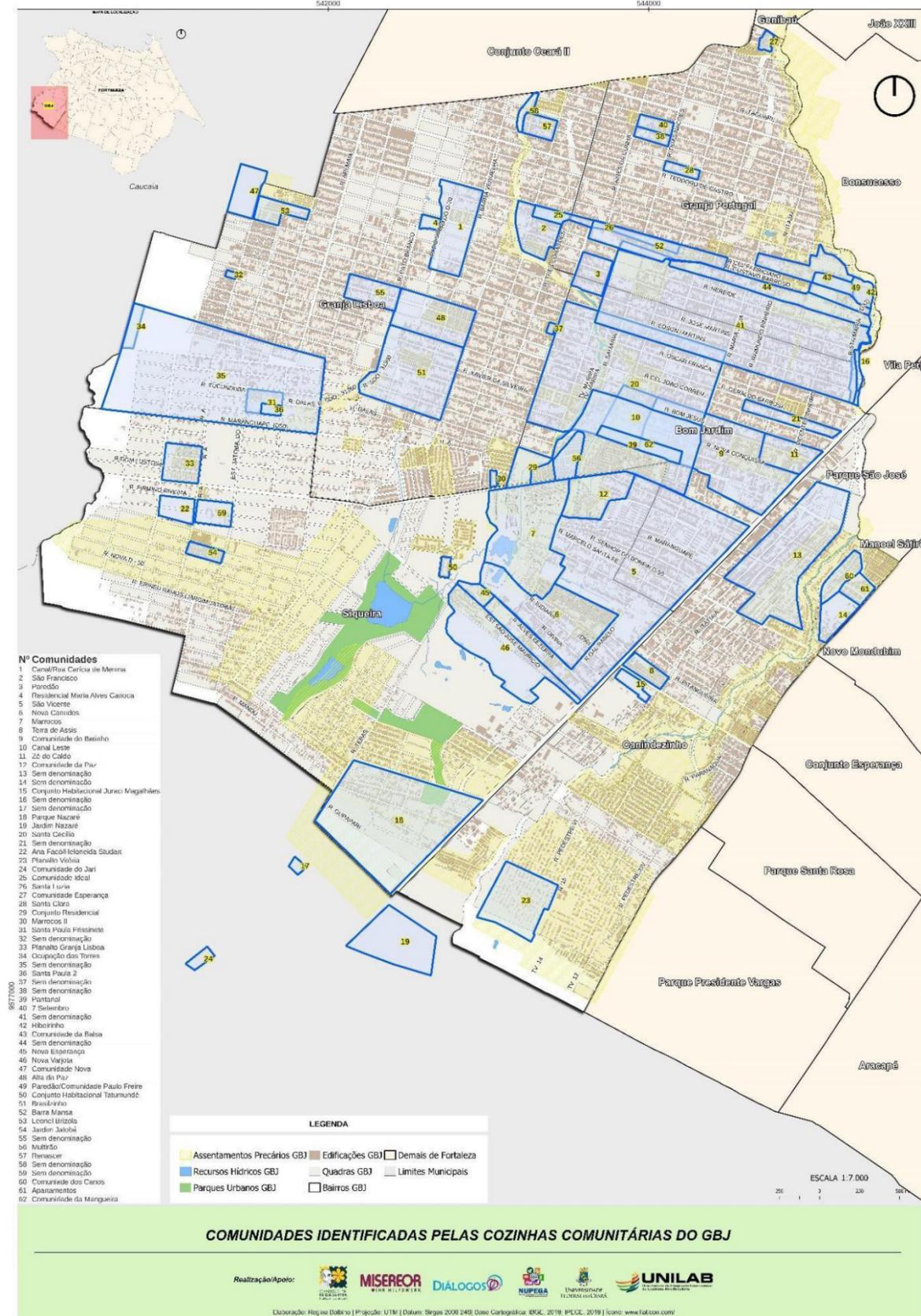
4. 2. 2 MAPA 2 - COMUNIDADES IDENTIFICADAS PELAS COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM

O Mapa 2 apresenta espacialmente sessenta e duas (62) comunidades identificadas pelas cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim, evidenciando a posição e a delimitação de cada uma, sendo cinquenta e oito (58) no território do GBJ, três (03) em Maracanaú e

uma (01) em Caucaia. Cabe considerar que se trata de um trabalho preliminar, inicial, que pode receber validações posteriores. Quatorze (14) comunidades não recebem denominação específica.

O Grande Bom Jardim é um território, formado por cinco bairros e dezenas de comunidades, que não é homogêneo e indiferenciado. Ao contrário, constitui-se enquanto um mosaico, composto por dezenas de comunidades, cada uma das quais com suas características, historicidades, desafios e potencialidades, com uma população singular e características próprias, as quais cabe entender, reconhecer, respeitar, valorizar e lidar, atendendo suas demandas com pertinência e cuidado.

As comunidades apresentam tamanhos e formas urbanas diferenciadas, e muitas são vizinhas e limítrofes. Algumas comunidades espalham-se por mais de um bairro. O bairro do Bom Jardim está praticamente todo coberto, em sua área físico-geográfica, por comunidades indicadas. Considerando que a área da ZEIS BOM JARDIM ocupa partes do Bom Jardim e do Siqueira, várias comunidades vizinhas situam-se nesse território, tais como São Vicente, Nova Canudos, Marrocos, Comunidade da Paz, Nova Esperança e Nova Varjota.

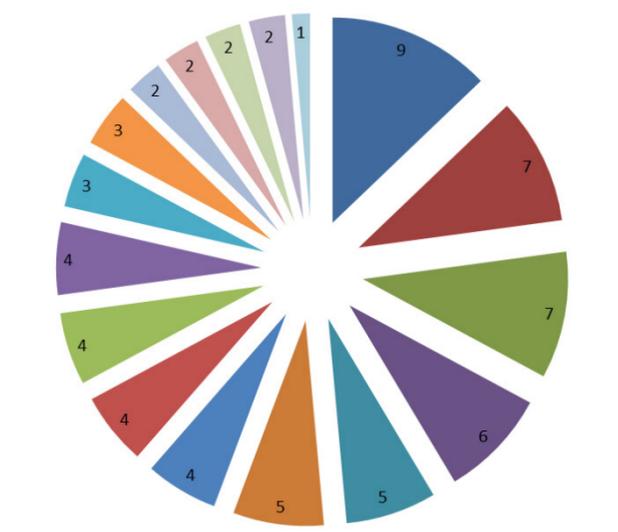


4. 2. 3 MAPA 3 - COMUNIDADES ATENDIDAS PELAS COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM

O Mapa 3 apresenta as sessenta e uma (61) comunidades atendidas pelas cozinhas comunitárias do GBJ, indicando quais comunidades são atendidas por cada uma das cozinhas. Cabe considerar que se trata de um recorte do momento da pesquisa. É importante destacar isto porque essa configuração costuma se alterar um pouco em função de vários fatores, como: o fluxo das doações, recursos e condições de trabalho de cada cozinha; as demandas advindas de cada comunidades, bem como o agravamento da situação envolvendo diferentes comunidades e famílias; tensões e conflitos emergentes e/ou agravados envolvendo fronteiras, delimitações e proibições de deslocamentos intrabairros; editais acessados; parcerias estabelecidas; dentre outras.

gravidade da situação em cada comunidade e tampouco a quantidade de famílias ou pessoas atendidas. Geralmente cada comunidade é atendida por uma cozinha comunitária, mas há casos de comunidades atendidas por mais de uma cozinha comunitária. Ao mesmo tempo, de modo geral, cada cozinha comunitária atende comunidades próximas. Mas, há cozinhas que têm uma área de atuação mais ampla e espreada no território, cabendo destacar a AMBJUNIDAS que atende sete (07) comunidades em dois (02) bairros diferentes - Bom Jardim e Siqueira; a Associação Espirita de Umbanda São Miguel, que atende nove (09) comunidades em três bairros diferentes - Granja Lisboa, Siqueira e Granja Portugal; e a Omorisà Odè, que atende sete (07) comunidades em quatro bairros - Granja Lisboa, Siqueira, Granja Portugal e Bom Jardim.

Apesar dessa alteração, é extremamente significativo o fato de que as cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim atendem dezenas de comunidades no território.



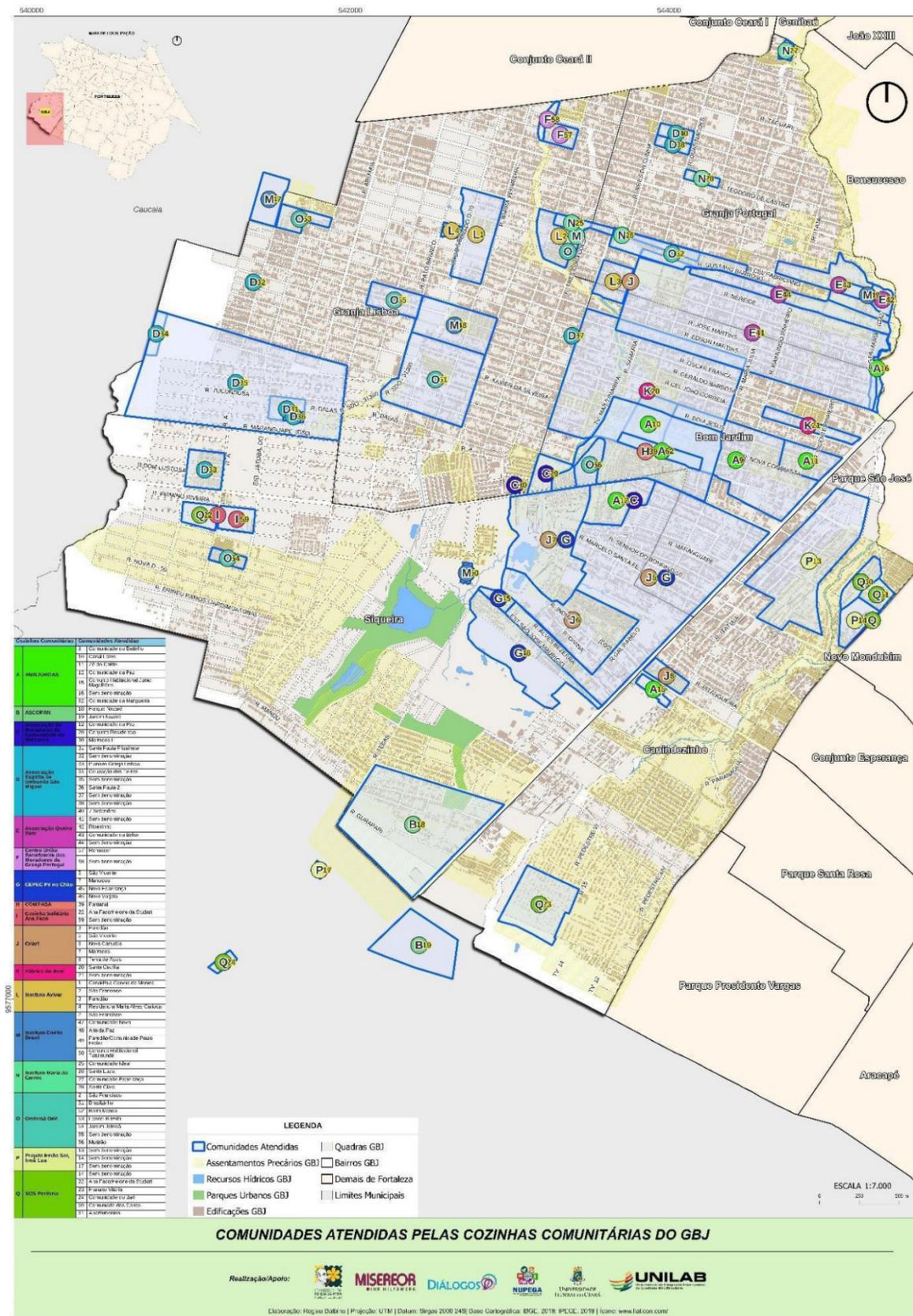
- ASSOCIAÇÃO SÃO MIGUEL
- AMBJUNIDAS
- INSTITUTO AVIVAR
- INSTITUTO MARIA DO CARMO
- ASSOCIAÇÃO MARROCOS
- IRMÃO SOL, IRMÃ LUA
- ASCOPAN
- CRIART
- INSTITUTO CONFIA BRASIL
- QUEIRA BEM
- UNIÃO GRANJA PORTUGAL
- COZINHA ANA FACÓ
- FÁBRICA DO BEM
- COMPASA
- SOS PERIFERIA
- CEPEC PÉ NO CHÃO

Gráfico 3 - Quantidade de comunidades atendidas por cada cozinha. Fonte: pesquisa direta Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim.

O Mapa 3 apresenta as sessenta e uma (61) comunidades atendidas pelas cozinhas comunitárias do GBJ, indicando quais comunidades são atendidas por cada uma das cozinhas. Cabe considerar que se trata de um recorte do momento da pesquisa. É importante destacar isto porque essa configuração costuma se alterar um pouco em função de vários fatores, como: o fluxo das doações, recursos e condições de trabalho de cada cozinha; as demandas advindas de cada comunidades, bem como o agravamento da situação envolvendo diferentes comunidades e famílias; tensões e conflitos emergentes e/ou agravados envolvendo fronteiras, delimitações e proibições de deslocamentos intrabairros; editais acessados; parcerias estabelecidas; dentre outras.

Apesar dessa alteração, é extremamente significativo o fato de que as cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim atendem dezenas de comunidades no território.

O Gráfico 3 indica a quantidade de comunidades atendidas por cada cozinha, cabendo lembrar que a quantidade de comunidades atendidas não expressa automaticamente a



4.2.4 MAPA 4 - ÁREAS MAIS CRÍTICAS E VULNERÁVEIS À FOME DO GRANDE BOM JARDIM

O Mapa 4 apresenta as áreas mais críticas e vulneráveis à fome do Grande Bom Jardim, a partir da percepção dos agentes das cozinhas comunitárias do território.

Tratam-se de quatorze (14) microterritórios. Algumas cozinhas situam-se dentro da área desses microterritórios e outras bem próximas, em suas fronteiras ou limites, como pode ser visualizado no Mapa 4.

Na fronteira entre o Siqueira e o Bom Jardim, na área da ZEIS BOM JARDIM, situam-se quatro comunidades que compõem as áreas mais críticas e vulneráveis à fome: Comunidade da Paz; Canal Leste; Marrocos; e Pantanal. No Siqueira, uma comunidade sem denominação, a Comunidade da Paz e o Marrocos. No Canindezinho, há uma comunidade sem denominação e o Conjunto Habitacional Juraci Magalhães. Na Granja Lisboa, o Canal/Rua Carícia de Menina, a Comunidade da Balsa, a Alta da Paz, o São Francisco e a Santa Luzia. Na Granja Portugal, uma comunidade sem denominação, Ribeirinho, Comunidade da Balsa, Santa Luzia e Comunidade Esperança. No Bom Jardim, uma comunidade sem denominação, Zé do Caldo, Canal Leste e Pantanal

4.2.5 MAPA 5 - LOCALIZAÇÃO DA ZEIS BOM JARDIM E DAS ÁREAS MAIS CRÍTICAS E VULNERÁVEIS À FOME DO GRANDE BOM JARDIM

O Mapa 5 delimita e sobrepõe a localização da ZEIS BOM JARDIM e das áreas mais críticas e vulneráveis à fome do Grande Bom Jardim.

Ao sobrepormos a localização da ZEIS BOM JARDIM e das áreas mais críticas e vulneráveis à fome do Grande Bom Jardim, verificamos a presença de seis (06) cozinhas comunitárias: AMBJUNIDAS; CEPEC PÉ NO CHÃO; FÁBRICA DO BEM; CRIART; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MARROCOS; ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PARQUE SANTO AMARO (COMPASA). E quatro comunidades: COMUNIDADE DA PAZ; CANAL LESTE; MARROCOS; e PANTANAL.

4.2.6 .MAPA 6 - LOCALIZAÇÃO DA ZEIS BOM JARDIM E DAS COMUNIDADES ATENDIDAS PELAS COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM

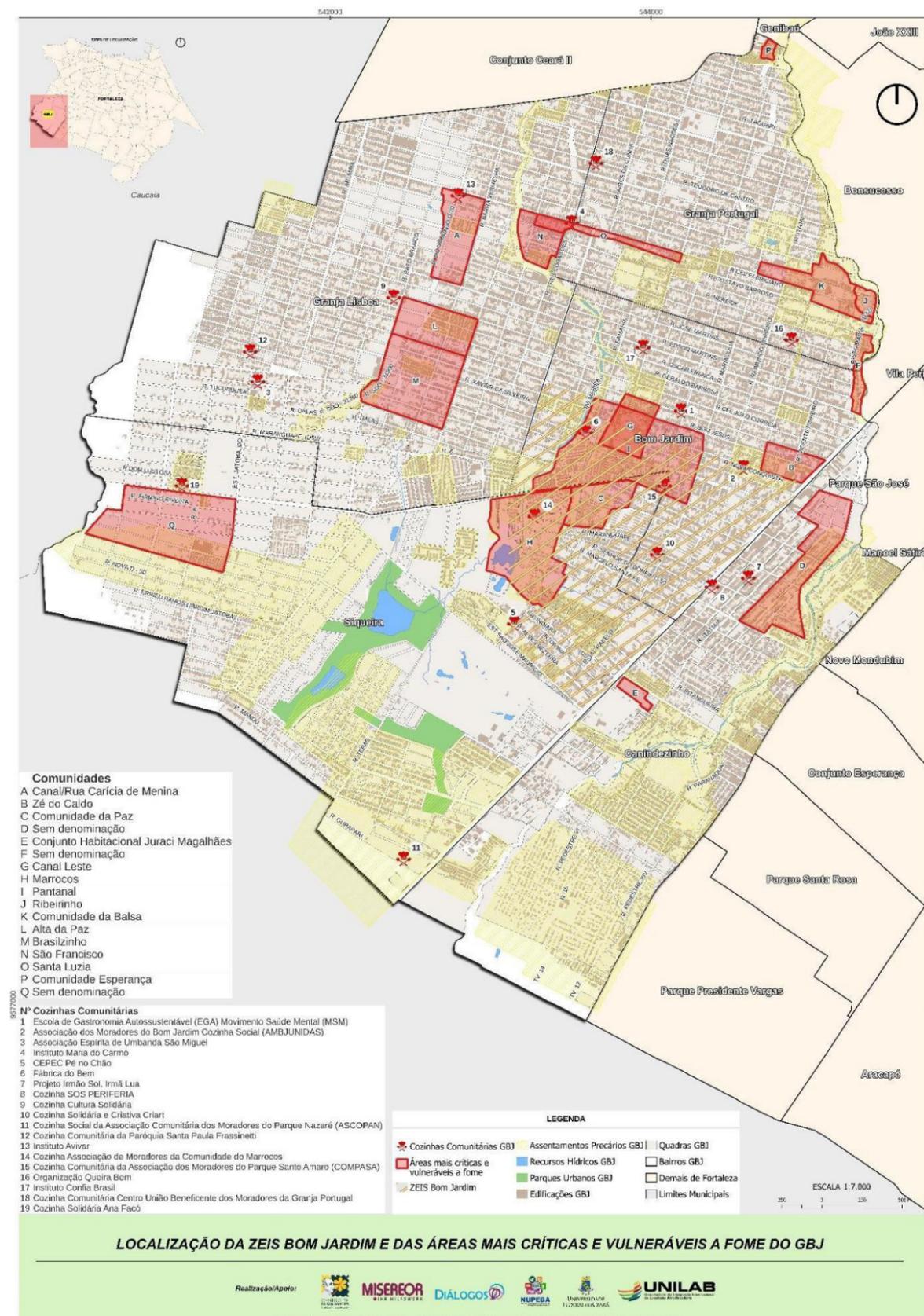
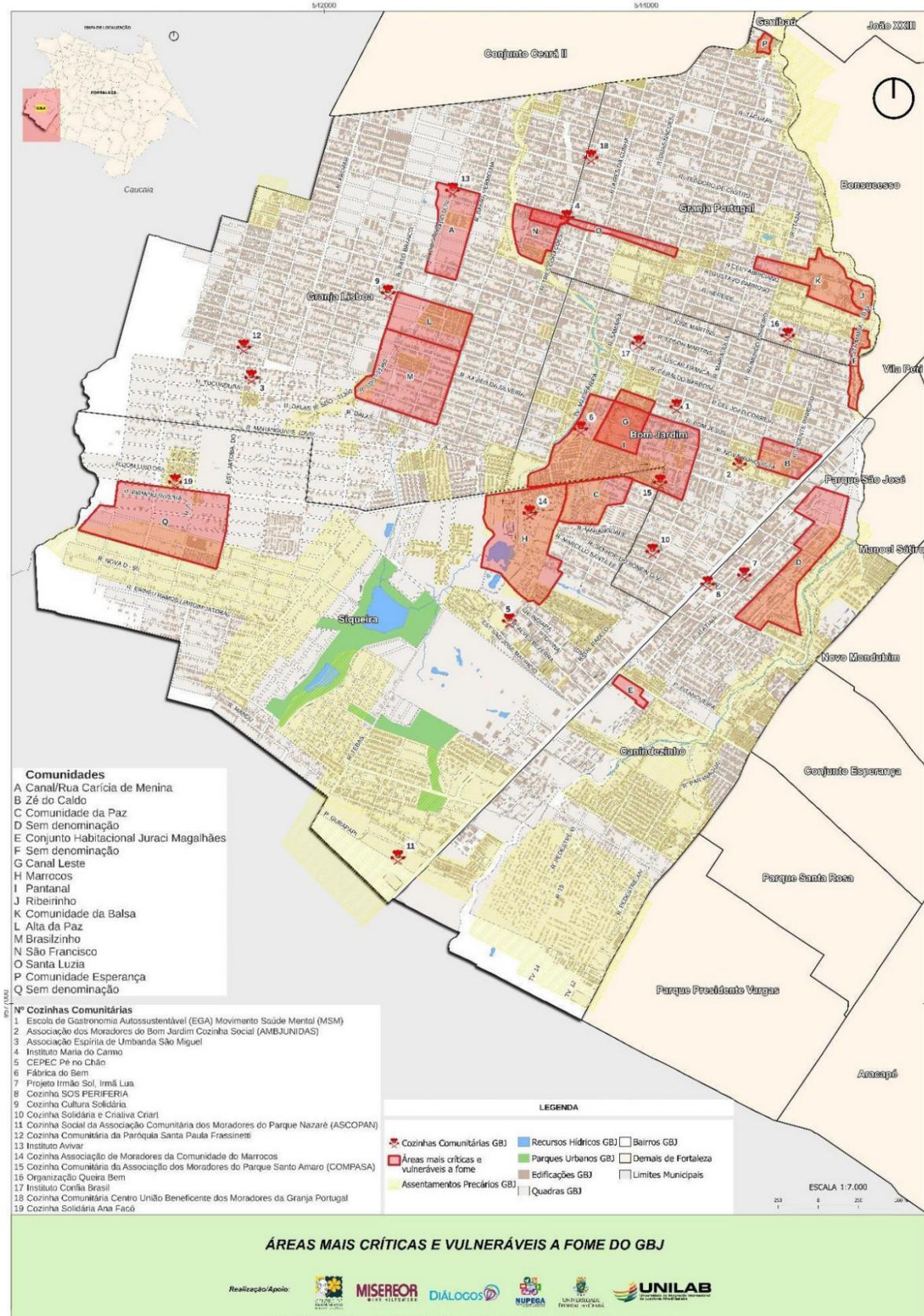
O Mapa 6 delimita e sobrepõe a localização da ZEIS BOM JARDIM e das comunidades atendidas pelas cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim. Há pelo menos dezessete (17) comunidades na área da ZEIS BOM JARDIM, além de outras comunidades limítrofes ou bastante próximas.

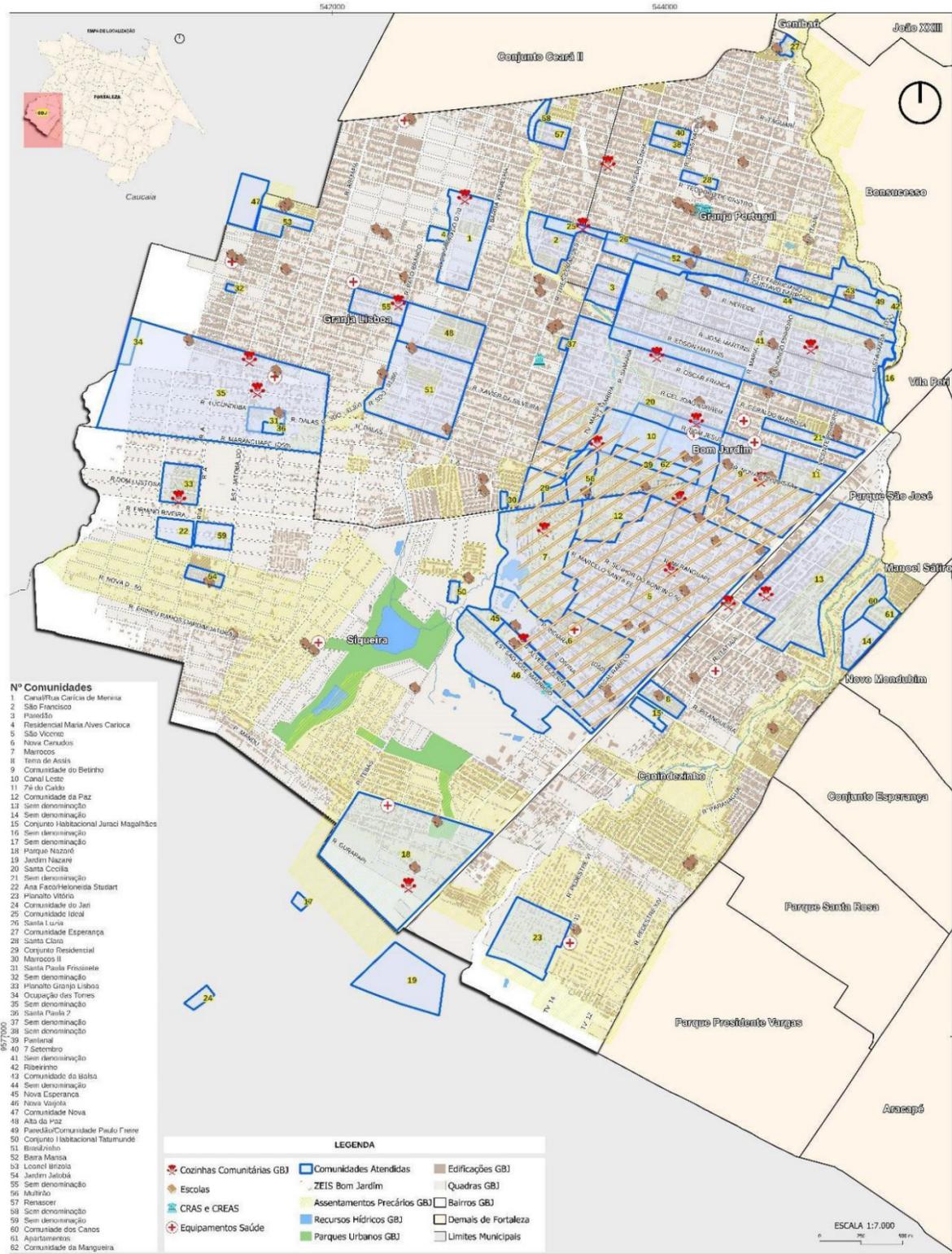
4.2.7 MAPA 7 - REDE DE COOPERAÇÃO ENTRE AS COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM

O sentido etimológico da palavra cooperação encontra sua origem no termo latino cooperare (cooperar). "Ato ou efeito de cooperar. Atuar, juntamente com os outros, para um mesmo fim; contribuir com trabalho, esforços, auxílio"; "colaboração e ação conjunta" (Houaiss & Villar, 2001). Termo complexo que inclui uma gama diversa de possibilidades, mas captamos sua utilização como sinônimo de colaboração, solidariedade e associação. Em especial, está associado a uma escolha individual de participar em um coletivo, de compartilhar um projeto comum. Nesta pesquisa, a cooperação pôde ser compreendida a partir de um universo de valores que orientam a construção de um projeto comum de vida.

O Mapa 7 apresenta a rede de cooperação entre as cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim.

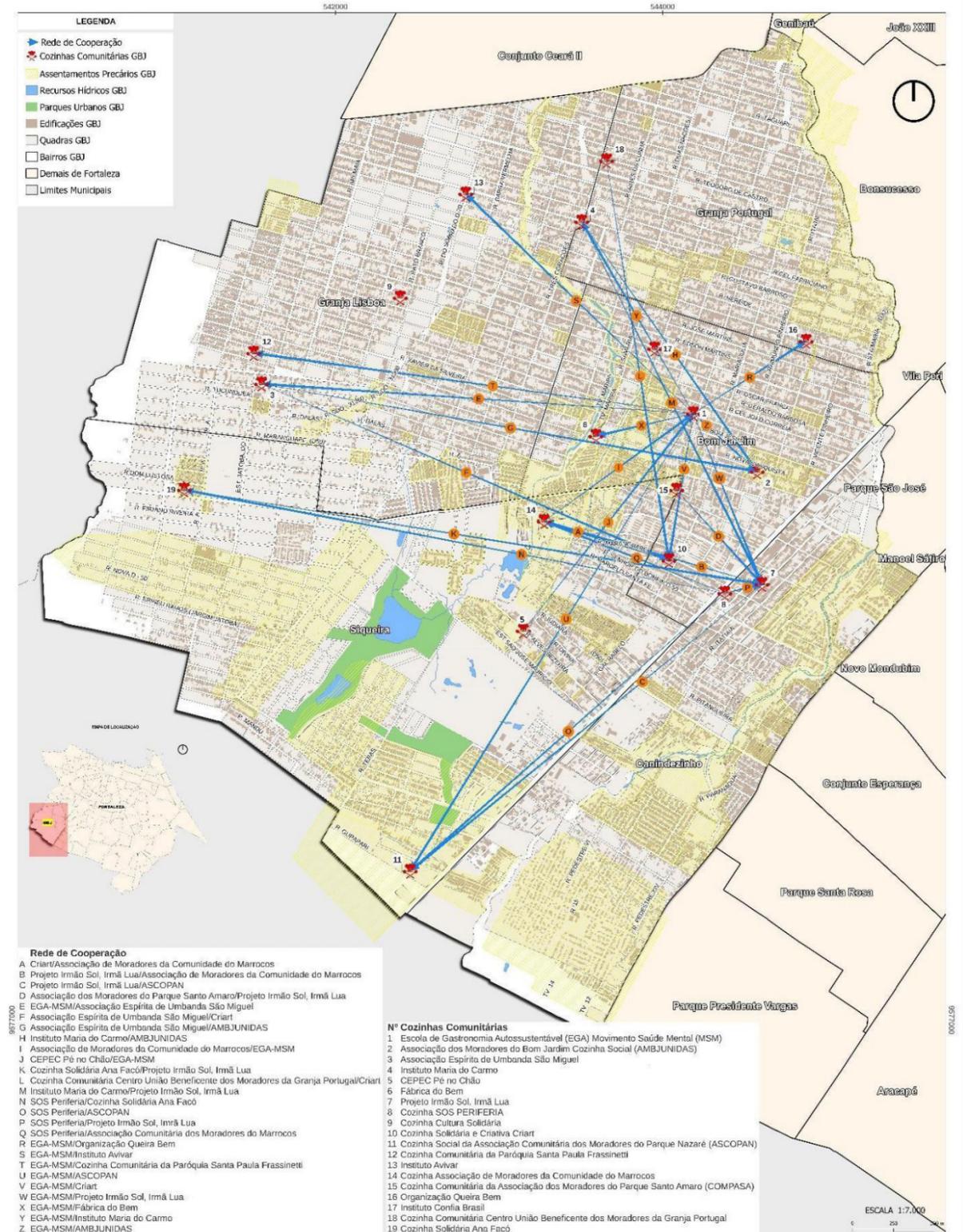
Foram identificadas vinte e seis (26) redes de cooperação construídas pelas cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim no território. Em dez (10) dessas redes está presente a Escola de Gastronomia Autossustentável vinculada ao Movimento de Saúde Mental Comunitária do Bom Jardim. Essa cozinha torna-se então ponto central de articulação de várias redes, atravessando e interligando os cinco bairros do Grande Bom Jardim. Algumas cozinhas revelaram como o contato com a Escola de Gastronomia Social foi definidor, gerando impactos profundos, considerando-se a constituição de polos marcados por expertises significativas, com agentes comprometidos,





LOCALIZAÇÃO DA ZEIS BOM JARDIM E DAS COMUNIDADES ATENDIDAS PELAS COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GBJ

Realização/Apoio: MISEREOR, DIÁLOGOS, NUPEGA, UNILAB



REDE DE COOPERAÇÃO ENTRE AS COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GBJ

Realização/Apoio: MISEREOR, DIÁLOGOS, NUPEGA, UNILAB

legitimados e respeitados nas comunidades e públicos vinculados, e a efetivação de dinâmicas marcadas por sensibilidades político-institucionais para apoiar o enfrentamento dos principais desafios vivenciados, através, por exemplo, de bolsas, mantimentos, acompanhamento profissional e formação.

Ao mesmo tempo, ao apoio mútuo entre as cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim, se soma a importância do apoio privado e público, na forma de parcerias público-privadas e de políticas públicas, gerando impactos significativos, com repercussões na qualificação das equipes, na geração de renda, no acesso a insumos e mantimentos e na constituição de empreendimentos caseiros e/ou familiares.

Evidencia-se uma rede de cooperação que busca promover a colaboração, a troca de insumos, conhecimentos, experiências e capacidades entre as cozinhas. Mais do que isso, visa estimular a articulação e o protagonismo político delas em torno de temas estratégicos voltados para a manutenção desses espaços, bem como o reconhecimento público do papel fundamental que elas desempenham nas comunidades em que atuam.

É possível perceber que as cozinhas comunitárias efetuam processos valiosos de construção de territórios-áreas, evidenciados pelas comunidades, ruas e quadras onde se situam e atuam, e de territórios-rede, evidenciados pelas próprias redes e pelos fluxos e mobilidades que efetivam cotidianamente.

O contato direto com as cozinhas permite revelar como elas são mais do que cozinhas, evidenciando pontos focais em microterritórios e em territórios-rede que promovem o enfrentamento conjugado de múltiplas dimensões das vulnerabilidades sociais vivenciadas por pessoas, famílias e comunidades. Em algumas, são realizadas muitas atividades, como cursos, terapias, encontros diversos e muita troca. Em todas elas, há o momento de compartilhamento do alimento. Entre as cozinhas, fica evidente o senso de solidariedade para fazer com que nenhuma das atividades deixe de acontecer por falta de insumos, quaisquer que sejam. Revela-se uma atuação

em rede, com essa rede de cooperação consolidando-se pela integração de diferentes frentes e agentes que atuam nas ações das cozinhas.

5. DEMANDAS, RECOMENDAÇÕES E PROPOSTAS

Apresentamos aqui as demandas, recomendações e propostas participativamente geradas, organizadas em ações imediatas e/ou emergenciais e em políticas estruturais, de médio e longo prazo, que remetem à constituição de sistemas e políticas públicas permanentes.

Aos gestores, parlamentares e magistrados, é importante a articulação das demandas, recomendações e propostas ao planejamento e às peças orçamentárias municipais e estaduais; a vinculação a/ou a constituição de fundos públicos, garantindo recursos permanentes; a instituição de órgãos e corpos técnicos capazes de efetivar as políticas públicas; a geração de interfaces com os sistemas de educação, saúde e assistência social.

Um vetor essencial às demandas, recomendações e propostas é o de fortalecimento das cozinhas comunitárias nas periferias urbanas de Fortaleza, conjugando ações integradas e promovendo a sua sustentabilidade.

Para cada proposta elencada abaixo, é importante que o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Fortaleza definam órgãos e gestores responsáveis, efetivando as ações, dotando de transparência o processo e permitindo o acompanhamento e a participação da sociedade civil. Questões essenciais envolvem, portanto, a alocação de responsabilidades e a destinação de recursos.

5.1. IMEDIATAS E EMERGENCIAIS

- Destinar recursos financeiros continuados para a manutenção das equipes das cozinhas comunitárias.
- Garantir financeiramente ou através de outros mecanismos o acesso das cozinhas comunitárias a insumos e a produtos de limpeza.

- Garantir a atuação continuada de profissionais como nutricionista, gastrônomo, dentre outros, no acompanhamento e apoio técnico aos processos produtivos nas cozinhas comunitárias.

- Destinar recursos financeiros para a adequação da infraestrutura e a adequação/aquisição dos equipamentos das cozinhas, permitindo-as adequarem-se aos padrões, exigências e requerimentos legais, técnicos e sanitários.

- Prover o apoio técnico e logístico necessário para adequação das cozinhas comunitárias às exigências e requerimentos sanitários, permitindo sua adequação para terem acesso às certificações necessárias.

- Destinar recursos financeiros continuados para os custos das cozinhas comunitárias com deslocamento e transporte.

- Liberar de modo urgente os recursos financeiros já alocados para o enfrentamento à fome, através de 03 emendas parlamentares estaduais, perfazendo 425 mil reais, destinados ao apoio de cozinhas comunitárias em Fortaleza, para promover a segurança alimentar e nutricional em comunidades periféricas com extrema vulnerabilidade.

- Garantir a isenção das tarifas de energia e água e a aquisição de gás de cozinha para as cozinhas comunitárias.

- Promover e apoiar financeiramente estratégias de compra direta de frutas, legumes e hortaliças de agricultores familiares, a partir de circuitos curtos de comercialização, visando oferecer alimentos frescos e saudáveis para população mais vulnerável.

- Fornecer incentivos financeiros, sementes e insumos, efetivar a redução e/ou a isenção de tarifas e prover apoio técnico para a produção urbana de frutas, legumes e hortaliças pela comunidade, promovendo a criação de Quintais Produtivos e o incremento dos quintais produtivos já existentes.

- Fornecer incentivos financeiros para o estabelecimento, o acompanhamento técnico e a manutenção de Hortas Comuni-

tárias para o abastecimento das cozinhas comunitárias.

- Destinar Recursos e Alocar Profissionais (terapeuta ocupacional, educador, sociólogo, assistente social, arte-educador, psicólogo, dentre outros) para apoiar tecnicamente e acompanhar de modo contínuo ações integradas ao enfrentamento à fome, com foco em crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, envolvendo terapêuticas, de cuidado, arte, cultura, educação.

- Instituir e efetivar de modo imediato uma Política de Formação das Equipes das Cozinhas Comunitárias, contemplando cursos e oficinas, com atualização semestral do planejamento e do cronograma e com participação ativa e propositiva da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim na concepção, formulação, gestão, avaliação e monitoramento dessa política.

- Incluir na Política de Formação das Equipes das Cozinhas Comunitárias, periodicamente, atividades formativas (palestras, capacitações, oficinas e cursos) sobre temas relacionados a processamento, manipulação, aproveitamento de alimentos, assim como saúde, nutrição e higiene pessoal.

- Instituir e efetivar de modo imediato uma Política de Formação para Atuação Profissional na Área de Gastronomia e Alimentação, voltada para as pessoas das comunidades no território, gerando ocupação, emprego e renda, incluso pequenos negócios, contemplando cursos e oficinas, com atualização semestral do planejamento e do cronograma e com participação ativa e propositiva da Rede de Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim na concepção, formulação, gestão, avaliação e monitoramento dessa política.

- Garantir apoio imediato e emergencial às comunidades e às famílias situadas nas áreas mais vulneráveis à fome no Grande Bom Jardim, através da garantia de uma renda básica familiar.

- Garantir apoio imediato e emergencial às comunidades e às famílias situadas nas

áreas mais vulneráveis à fome no Grande Bom Jardim, através de cestas básicas.

- Garantir apoio imediato e emergencial às comunidades e às famílias situadas nas áreas mais vulneráveis à fome no Grande Bom Jardim, através da destinação diária de alimentos, via parceria da Prefeitura com as cozinhas comunitárias do Grande Bom Jardim.
- Garantir apoio imediato e continuado às comunidades e às famílias situadas nas áreas mais vulneráveis à fome no Grande Bom Jardim, efetuando diagnóstico de saúde-doença e garantindo acompanhamento prioritário e continuado das equipes do SUS.
- Garantir apoio imediato e continuado às comunidades e às famílias situadas nas áreas mais vulneráveis à fome no Grande Bom Jardim, efetuando diagnóstico da situação educacional das crianças, adolescentes e jovens, garantindo acompanhamento prioritário e continuado pela rede de educação municipal e estadual.
- Garantir apoio imediato e continuado às comunidades e às famílias situadas nas áreas mais vulneráveis à fome no Grande Bom Jardim, efetuando diagnóstico da situação de assistência social, garantindo acompanhamento prioritário e continuado pela rede de assistência social.
- Promover ações imediatas de geração de ocupação, emprego e renda para os territórios periféricos, priorizando as famílias situadas nas áreas mais vulneráveis à fome no Grande Bom Jardim.
- Promover emergencialmente e de modo continuado ações integradas de promoção da saúde mental no território do Grande Bom Jardim, articulando atuação conjunta de órgãos e equipes dos sistemas de saúde, educação, arte e cultura e assistência social.
- Integrar os 76 equipamentos de educação, os 13 de saúde e os 04 de assistência social ao enfrentamento à fome no território, de modo integrado entre si e às cozinhas comunitárias, de forma imediata, ur-

gente e a médio e longo prazo.

5.2. ESTRUTURAIS, CONTINUADAS E DE MÉDIO E LONGO PRAZO

- Constituir democrática e participativamente uma Política Pública Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, considerando prioritariamente as áreas mais vulneráveis da cidade, integrando ações emergenciais, imediatas e em médio e longo prazo, com destinação de recursos através de orçamentos e fundos públicos.
- Construir, consolidar e desenvolver uma Política Municipal de Educação em Alimentação, com interfaces com os sistemas de saúde, educação e assistência social, e considerando as relações entre alimentação e nutrição e saúde/doença.
- Instituir órgão público para gerir a política pública municipal de segurança alimentar e nutricional, priorizando a integração com diferentes setores e políticas setoriais.
- Agregar à Política Pública Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e à Política Municipal de Educação em Alimentação as necessidades dos públicos com restrições alimentares.
- Articular a Política Pública Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional às economias locais das periferias urbanas, buscando fortalecer a economia do cuidado, as dinâmicas comerciais, a agricultura ecológica e familiar, à permacultura e aos micro e pequenos empreendedores.
- Promover políticas estruturais e permanentes de geração de emprego e renda e de fomento à criação e apoio a micro empreendimentos nas periferias urbanas da cidade de Fortaleza, particularmente no âmbito da gastronomia, da alimentação e da economia do cuidado.
- Apoiar e promover o Selo Estadual das Cozinhas Comunitárias.
- Fomentar e apoiar financeiramente a parceria entre instituições acadêmicas como a UNILAB, a UFC, a UECE, IFCE e as cozinhas comunitárias, com foco em cursos, ofici-

nas e capacitações diversas, além de outras ações de extensão, pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico, inclusive através de Editais de Pesquisa e Extensão de agências como a FUNCAP.

- Integrar as cozinhas comunitárias aos equipamentos de educação, saúde e assistência social no território, através de ações informativas, educacionais, de promoção do direito à saúde, à vida e à segurança alimentar e nutricional.
- Instituir e efetivar uma Legislação que permita a mediação intra e intersetorial entre agentes do mercado (como supermercados), a vigilância sanitária e as cozinhas comunitárias, fomentando e simplificando as doações financeiras, de insumos e alimentos.
- Constituir um local (setor) de arrecadação, armazenamento e distribuição direta de insumos e alimentos para apoiar as cozinhas comunitárias, nos marcos de um Banco de Alimentos do Grande Bom Jardim, envolvendo feiras, feirantes, mercados, supermercados e distribuidores, assim como a CEASA e o Mesa Brasil.
- Criar um Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional.
- Instituir a Rede das Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim, realizando mensalmente o Fórum das Cozinhas Comunitárias, com participação sistemática de gestores públicos, com o caráter de controle social, de monitoramento de sistemas e políticas públicas, de apresentação de demandas e de acompanhamento das ações públicas.
- Retomar, consolidar e desenvolver o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Fortaleza.
- Fomentar e apoiar a participação das cozinhas comunitárias no Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional de Fortaleza.
- Promover a articulação das cozinhas comunitárias aos sistemas e às ações e políticas de arte, cultura, saúde, educação e assistência social.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar a força política do movimento popular-comunitário do Grande Bom Jardim, e das cozinhas comunitárias especificamente, vivenciando um enfrentamento concreto, imediato e emergencial à fome no território do Grande Bom Jardim, atendendo dezenas de comunidades e milhares de famílias que vivenciam situações extremas de vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo, a rede de cozinhas comunitárias busca construir o acesso, usufruto e garantia de direitos, efetuando uma solidariedade que se articula à cidadania e à democracia e que defende a constituição de uma política de segurança alimentar e nutricional.

Compreendemos a dinâmica das cozinhas comunitárias, suas características, seu cotidiano, sua inserção e atuação, suas influências, seus públicos e efeitos, sua relevância, considerando a diversidade das formas que assumem. Revela-se o caráter estratégico dessas entidades, envolvidas em uma luta cotidiana e reiterada para enfrentar as múltiplas escalas e dimensões da vulnerabilidade social. Nesse processo, as cozinhas têm relações entre si, construindo apoio mútuo e solidariedade, com trocas e escambos envolvendo insumos e mantimentos, circulando informações e efetivando dinâmicas formativas relevantes.

Desse modo, cabe destacar a importância dessas entidades e a necessidade de construir condições para efetivar a sua sustentabilidade. Cabe ao Estado reconhecer a relevância e promover a sustentabilidade dessas cozinhas comunitárias. Assim como cabe ao Estado lidar, de modo imediato e modo emergencial, mas também a médio e longo prazo, com o enfrentamento à fome no Grande Bom Jardim.

Nesse contexto, essa ação de extensão e pesquisa promoveu a mobilização social e o engajamento cívico, através de uma dinâmica participativa. Foram realizadas oito (08) oficinas de mapeamento participativo, com o caráter de leitura comunitária, qualificação e validação dos mapas participativos gerados; e

três (03) rodas de diálogo, com sensibilização, informação, apresentação de dados, análises, resultados e produtos; a construção conjunta de análises, demandas, recomendações e proposições; e pactuação, com a formação coletiva, conjunta e interinstitucional das decisões.

Foram produzidos conhecimentos participativos e tecnicamente fundamentados, em escalas intrabairros. Conhecimentos importantes para fundamentar decisões envolvendo a alocação governamental de recursos e a definição de ações e políticas públicas emergenciais, imediatas e de médio e longo prazo. Foram produzidos sete (07) mapas participativos e dados sobre as cozinhas comunitárias, inclusas informações sobre público atendido, capacidade de produção, estrutura, equipe e dinâmica de trabalho. Foram produzidos dados que evidenciam as áreas mais vulneráveis à fome no Grande Bom Jardim, com a indicação das comunidades, ruas e quadras onde a situação é mais grave. Foram identificados os microterritórios mais vulneráveis, evidenciando as comunidades e famílias onde a vulnerabilidade social é mais grave.

Este relatório apresenta de forma direta e concreta um conjunto de demandas, recomendações e propostas, destinado preferencialmente aos gestores, parlamentares e magistrados. Espera-se que não se omitam, não fujam às suas responsabilidades e assumam a iniciativa que lhes cabe de promover o enfrentamento à fome e o direito à vida, à saúde e à segurança alimentar e nutricional, de modo imediato, emergencial e estrutural, em médio e longo prazo.

7. REFERÊNCIAS

Filme: Josué de Castro, Cidadão do Mundo, <<https://youtu.be/LFzNV08KIKg>> .

MACHADO, EDUARDO GOMES; PEREIRA, A. Q. Periferias urbanas, redes locais e movimentos sociais em Fortaleza, Ceará. Boletim Goiano de Geografia, v. 40, p. 1-27, 2020.

MACHADO, Eduardo Gomes; FURTADO, L. S. ; SILVA, R. B. ; ALMEIDA, A. P. . Relatório Mapa Participativo da Covid-19 no Grande Bom Jar-

dim: Leitura Comunitária de Pontos de Aglomeração e de Casos?. 2021. (Relatório de pesquisa).

ALMEIDA, A. P. ; MACHADO, Eduardo Gomes ; FURTADO, L. S. ; FREITAS, C. F. S. ; CARNEIRO, F. F. ; KERR, L. R. F. S. . Relatório A pandemia da Covid-19 no Grande Bom Jardim: diálogo entre o mapa comunitário de pontos de aglomeração e de casos e os mapas da vigilância epidemiológica municipal de Fortaleza. 2021. (Relatório de pesquisa).

MACHADO, EDUARDO GOMES; FAUSTINO, A. E. R. . PERFIL DA REDE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO GRANDE BOM JARDIM (REDE DLIS DO GBJ). 2018. (Relatório de pesquisa).

COSTA, M. C. L. ; DANTAS, E. W. C. ; MACHADO, Eduardo Gomes ; ALMEIDA, A. P. ; OLIVEIRA, L. S. ; RIOS, R. ; SILVA, C. L. S. ; OLIVEIRA, R. . Região Metropolitana de Fortaleza (CE). In: Lívia Izabel Bezerra de Miranda. (Org.). As metrópoles e a covid-19: dossiê nacional: volume II. 1ed. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2021, v. II, p. 88-109.

MACHADO, EDUARDO GOMES; FREITAS, M. V. C. C. ; MARTINS, L. S. ; FAUSTINO, A. E. R. . Observação participante, educação popular e pesquisa-ação no Grande Bom Jardim. In: GERANILDE COSTA E SILVA; EVALDO RIBEIRO OLIVEIRA. (Org.). Experiências em ensino, pesquisa e extensão na Unilab: caminhos e perspectivas. 1ed. FORTALEZA: IMPRECE, 2018, v. , p. 383-405.

CARLOS, C. A. F. (Org.) MACHADO, EDUARDO GOMES (Org.) . INFORME DH - Nº 1 - Violações de direitos no contexto da pandemia da Covid-19 na periferia de Fortaleza: o caso do Grande Bom Jardim. 1. ed. Fortaleza: Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa, 2020. v. 1. 55p .

CARLOS, C. A. F. (Org.) MACHADO, EDUARDO GOMES (Org.) . INFORME DH - Nº 2 - Violações de direitos no contexto da pandemia da Covid-19 na periferia de Fortaleza: o caso do Grande Bom Jardim. 1. ed. Fortaleza: Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa, 2020. v. 2. 42p .

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. Ciência & Saúde Coletiva, 16(1):187-199, 2011

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, setembro de 2006.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

KEPPLE, Anne Walleser; SEGALL-CORRÊA, Ana Maria. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. Ciência & Saúde Coletiva, 16(1):187-199, 2011.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

RIBEIRO JUNIOR, JOSÉ Raimundo Sousa; SAMPAIO, Mateus de Almeida Prado; BANDOINI, Daniel Henrique; CARLI, Luiza Lima Silva de. Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo. 1. ed. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2021.

RIBEIRO JÚNIOR, JOSÉ Raimundo Sousa. Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo, 2015.

WEHLER, Cheryl et al. The community childhood hunger identification project: A model of domestic hunger – Demonstration project in Seattle, Washington. Journal of Nutrition Education, v. 24, n. 1, p. 29S-35S, 1992. LINKS:

PL SELO COZINHA COMUNITARIA.docx - Documentos Google

Canal Urbanismo e Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de Fortaleza

8. APÊNDICES

8.1. APÊNDICE 1 - ROTEIRO PARA SISTEMATIZAR INFORMAÇÕES DO DIÁRIO DE CAMPO

QUESTÕES RESPONDIDAS PELAS/OS PESQUISADORAS/ES	
1	Agora que você já concluiu as visitas, quais as possíveis tipologias de cozinhas comunitárias encontradas no GBJ?
2	Os desafios de enfrentamento à fome vivenciados pelas pessoas à frente das cozinhas comunitárias?
3	A partir de sua experiência de campo, de vivência de escuta de lideranças e de observação das cozinhas, como pesquisadora/o como você definiria o que é cozinha comunitária?
4	O que poderia fortalecer as cozinhas comunitárias do ponto de vista de proposições comunitárias e de políticas públicas?

8.2. APÊNDICE 2 - INSTRUMENTO METODOLÓGICO - ROTEIRO DE VISITA IN LOCO E IMERSÃO ÀS COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM (GBJ)

IDENTIFICAÇÃO	
Nome da cozinha comunitária:	
LOCALIZAÇÃO	
Rua:	
nº:	
Bairro:	
CEP:	
Pontos de Referência:	
Coordenadas geográficas: Latitude:	
Longitude:	
CONTATOS	
Nome completo responsável (ou social):	
Telefone fixo:	
Celular responsável: (Whatsapp)	
E-mail institucional:	
E-mail responsável:	
Endereço de site ou blog:	
Facebook:	
Instagram:	
TERRITÓRIO SEDE (NANO E MICRO-TERRITÓRIO)	
Quais são os nomes das quatro ruas ao redor da cozinha:	
TERRITÓRIO DE ALCANCE (MACRO-TERRITÓRIO)	
Quais as comunidades que recebem pontos de distribuição da Cozinha?	
Comunidade 1:	
Ponto de referência:	
Comunidade 2:	

Ponto de referência:	
Comunidade 3:	
Ponto de referência:	
Comunidade 4:	
Ponto de referência:	
Comunidade 5:	
Ponto de referência:	
Existe limitações e/ou tensões nos territórios de distribuição de alimentos? SIM [] NÃO []	
Se sim, o que?	
PÚBLICO	
Quantidade de famílias atendidas:	
Quantidade de pessoas atendidas:	
Pressão real de procura:	
Capacidade de atendimento:	
Quantidade por segmento etário:	
crianças:	
adolescentes:	
jovens:	
adultos:	
idosos:	
Quantidades por etnia/raça:	
parda:	
preta:	
branca:	
indígena:	
Quantidades outros segmentos:	
deficientes:	
LGBTQIAP+:	
outro:	
ESTRUTURA	
Sede: Própria[] Cedida[] Alugada[] Comodato[] Outro[]	
Tamanho (m2):	
Capacidade de produção:	
dia:	
semana:	
mês:	
ano:	
Certificações da Cozinha: ANVISA SIM[] NÃO[] - SEMA: SIM[] NÃO[] - SEUMA SIM[] NÃO[] - BOMBEIROS: SIM [] REGIONAL V – SIM [] NÃO [] - REGIONAL X – SIM [] NÃO []	
Outra: SIM[] NÃO[]. Se sim, qual(is):	
Controle de pragas: SIM[] NÃO[] Se sim, como:	
Lavabos/pias: domésticos[] semi-industriais [] industriais [] outros:	

Bancada: doméstica[] semi-industrial[] industrial[] outros:	
Fogão: Quantidades: doméstica[] semi-industrial[] industrial[] outros: []	
Piso: Impermeável[] Permeável[]	
Se permeável: Trincas ou rachaduras: SIM[] NÃO[]	
Piso: Derrapante[] Antiderrapante[] Lavável: SIM[] NÃO[]	
Painéis e utensílios (porte): inexistente[] pequeno[] médio[] grande[]	
Tem carro? SIM[] NÃO[] Se sim, quantos:	
Qual(is):	
METODOLOGIA OPERACIONAL	
Captação de insumos	
Doador permanente: SIM[] NÃO[] Se sim, qual(is):	
Se sim, o que recebe e periodicidade:	
Tem projeto de aquisição/compra? Se sim, financiador:	
Duração (mês):	
Valor total rubrica compra (R\$):	
Captação de público	
Busca ativa [] Famílias associadas [] Acolhimento de demanda espontânea [] Indicação [] Outros []	
Produção	
Quais os alimentos produzidos, quantidades e em quais as rotinas de horários e de pessoal?	
Manhã:	
Tarde:	
Noite:	
Distribuição (logística)	
Quantidade de pessoas no apoio logístico:	
No geral, a distribuição dos alimentos produzidos é onde?	
Sede da Cozinha SIM [] NÃO []	
Ponto de apoio na comunidade SIM [] NÃO[]	
Entrega direta residencial SIM[] NÃO[]	
Se sim, como e por quem?	
EQUIPE	
Quantidade de pessoas diretamente envolvidas na produção atualmente:	
Quantidade de cozinheiras(os):	
Quantidade de auxiliares de cozinha:	
Chefe de cozinha com formação responsável? SIM[] NÃO[] Se sim, quem:	
Tem nutricionista? SIM[] NÃO[] Outros[]	
Tem engenheiro(a) de alimentos? SIM[] NÃO[] Outros[]	
Tem pessoas responsáveis para escrever projetos/captador: SIM[] NÃO[] Se sim, quantos:	

Teve projetos aprovados em editais/prêmio: SIM [] NÃO [] Se sim, qual, quando, qual o financiador e o valor total recebido:	
Tem administradora(o)/financeiro: SIM[] NÃO[] Se sim, quantos:	
Quantos são voluntários?	
Quantos são remunerados?	
PARCERIAS/SUSTENTABILIDADE	
A cozinha interage e coopera com outras iniciativas de cozinhas comunitárias no território Grande Bom Jardim?	
SIM[] NÃO[] Se sim, qual(is):	
Se sim, por quê?	
Se sim, como se dá esta interação e cooperação?	
A cozinha é associada a algum coletivo/movimento do setor ou compõe algum conselho de segurança alimentar e nutricional?	
SIM[] NÃO[] Se sim, qual(is):	
A cozinha tem alguma estrutura técnica de captação de recursos e ou de parcerias?	
SIM[] NÃO[] Se sim, qual(is):	
Se não, por quê?	
OBSERVAÇÕES PERTINENTES	

8. 3. APÊNDICE 3 - INSTRUMENTO METODOLÓGICO - ROTEIRO DE AVALIAÇÃO DE FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS

FOFA (METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO) Pingue Pong respostas rápidas	
Cozinha comunitária:	
Data:	
Quais os pontos fortes (positivos) internos:	Quais os pontos fracos (negativos) internos:
Quais as oportunidades (possibilidades) externas:	Quais as ameaças (dificuldades) externas:

8. 4. APÊNDICE 4 - INSTRUMENTO METODOLÓGICO - LINHA DO TEMPO DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS

LINHA DO TEMPO

Cozinha Comunitária:				
Data:				
Fato/O que?	Quando aconteceu?	Quem participou?	Como aconteceu	Porque é significativo?

8. 5. APÊNDICE 5 - PRÉ-TESTES DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA, DATAS E COZINHAS VISITADAS

DATA	COZINHA VISITADA
20 de abril	Cozinha Comunitária São Miguel
20 de abril	Cozinha da Associação dos Moradores do Bom Jardim (AMBJ Unidas)
16 de maio	Cozinha Cultura Solidária Omörisà Odè

8. 6. APÊNDICE 6 - DATAS, LOCAIS E CONTEÚDOS DOS PROCESSOS FORMATIVOS DA EQUIPE DA PESQUISA

DATA	LOCAL	CONTEÚDO
06/05	Escola de Gastronomia Autossustentável Giardino Buffet	Segurança Alimentar e Nutricional e Pesquisa Social como Estratégia de Enfrentamento
18/05	Auditório do CDVHS	Estudo do território georreferenciadas; aspectos metodológicos de pesquisa social; participação observante; coleta de dados; registros de campo; sistematização e produção de achados analíticos a partir da interação com os sujeitos
19/05	Auditório do CDVHS	Produção de síntese do percurso formativo com a consolidação dos instrumentos de coleta, questões geradoras, calendário de pesquisa, estratégias, táticas, logísticas e protocolos de campo

8. 7. APÊNDICE 7 - LINKS E MATÉRIAS PUBLICADAS

DATA	MATÉRIA	LINK
10/05/22	'Ou merendo ou almoço': Cearenses cortam refeições com altos alimentos	https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/ou-merendo-ou-almoco-cearenses-cortam-refeicoes-com-altos-alimentos-1.3224341?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=socialshare

16/05/22	Cozinhas comunitárias do GBJ com Regional V	https://cdvhs.org.br/sem-categoria/cozinhas-comunitarias-do-gbj-dialogam-com-regional-v/
20/05/22	Projetos de Extensão da UNILAB e UFC realizam mapeamento da fome no Grande Bom Jardim	https://radiodombosco.com/2022/05/20/projetos-de-extensao-da-unilab-e-ufc-realizam-mapeamento-da-fome-no-grande-bom-jardim/
22/05/22	Projetos de Extensão da UNILAB e UFC realizam mapeamento da fome no Grande Bom Jardim	https://cdvhs.org.br/sem-categoria/projetos-de-extensao-da-unilab-e-ufc-realizam-mapeamento-da-fome-no-grande-bom-jardim/
23/05/22	Grupo Diálogos Urbanos de Extensão e Pesquisas Interdisciplinares participa da construção de mapa de enfrentamento à fome no Grande Bom Jardim (CE)	https://unilab.edu.br/2022/05/23/grupo-dialogos-urbanos-de-extensao-e-pesquisas-interdisciplinares-participa-de-mapeamento-de-enfrentamento-a-fome-no-grande-bom-jardim-ce/
25/05/22	Estudo mapeia a fome em Fortaleza, e pesquisadores investigam situação do grande Bom Jardim	https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/estudo-mapeia-a-fome-em-fortaleza-e-pesquisadores-investigam-situacao-do-grande-bom-jardim-1.3234926
28/06/22	Cozinhas Comunitárias do Grande Bom Jardim propõem criação de Selo	https://cdvhs.org.br/sem-categoria/cozinhas-comunitarias-do-grande-bom-jardim-propoem-criacao-de-selo/
28/06/22	Cria os Selos "Instituição apoiadora de cozinhas comunitárias" e "cozinha comunitária promotora de segurança alimentar e soberania alimentar e nutricional" no âmbito do município de Fortaleza e dá outras providências	https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/media/sapl/public/materiale legislativa/2022/77761/pl02742022.pdf
29/06/22	Indica a criação do programa de financiamento de cozinhas comunitárias no município de Fortaleza	https://sapl.fortaleza.ce.leg.br/materia/77843
20/07/22	Cozinhas solidárias distribuem 250 quentinhas, no Bom Jardim	https://globoplay.globo.com/v/10774886/
31/08/22	Lançamento da 1ª edição do Relatório Técnico de Pesquisa Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim acontece dia 2 de setembro, em Fortaleza (CE)	https://unilab.edu.br/2022/08/31/lancamento-da-1a-edicao-do-relatorio-tecnico-de-pesquisa-mapa-participativo-de-enfrentamento-a-fome-do-grande-bom-jardim-acontece-dia-2-de-setembro-em-fortaleza-ce/
01/09/22	Entrevista Rádio Dom Bosco - Informativo Dom Bosco, com Jocasta Pimentel - Eduardo Gomes Machado	
01/09/22	Relatório sobre Enfrentamento à Fome será divulgado no Grande Bom Jardim	https://oestadoce.com.br/geral/relatorio-sobre-enfrentamento-a-fome-sera-divulgado-no-grande-bom-jardim/

02/09/22	AO VIVO: Jornal Jangadeiro 2ª Edição 02/09/22	https://www.youtube.com/watch?v=IQj-Ga3k3PMo&t=132s
02/09/22	Jornal Diário do Nordeste: 'Única refeição do dia': 13 mil pessoas se alimentam por cozinhas comunitárias no Grande Bom Jardim	https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/amp/unica-refeicao-do-dia-13-mil-pessoas-se-alimentam-por-cozinhas-comunitarias-no-grande-bom-jardim-1.3274199?utm_campaign=later-linkin-bio-diariodonordeste&utm_content=later-29378309&utm_medium=social&utm_source=linkin.bio
02/09/22	Instagram Jornal Diário do Nordeste: 'Única refeição do dia': 13 mil pessoas se alimentam por cozinhas comunitárias no Grande Bom Jardim	https://www.instagram.com/p/CiBFhXWv-vK2/?igshid=Yjc4NjFjZGU%3D
02/09/22	Instagram Grupo Diálogos Fala institucional Eduardo Gomes Machado	https://www.instagram.com/reel/CiAWSTvDs-nt/?igshid=MDJmNzVkJmY%3D

8. 8. APÊNDICE 8 - IMAGENS SELECIONADAS

Panelas e sabões produzidos pelo SOS Periferia



Horta da Cozinha Comunitária da Associação Espírita de Umbanda São Miguel



Entrega do sopão da Cozinha da Associação dos Moradores do Parque Santo Amaro



Sapão produzido na Cozinha Solidária e Criativa Criart



Almoço das crianças assistidas pela Associação dos Moradores do Bom Jardim (AMBJ Unidas)



1ª Formação com a equipe de pesquisadores na Escola de Gastronomia Autossustentável do Movimento de Saúde Menta



1ª Roda de Diálogo - Leitura comunitária de mapeamento participativo



Parte da equipe do Mapa de Enfrentamento à Fome no Grande Bom Jardim



2ª Roda de Diálogo - Leitura comunitária de mapeamento participativo



Roda de Diálogo para apresentação do projeto do Mapa de Enfrentamento à Fome no Grande Bom Jardim para as Cozinhas Comunitárias



8. 9. APÊNDICE 9: DATAS, LOCAIS E PARTICIPANTES DAS OFICINAS DE LEITURA COMUNITÁRIA MAPAS PARTICIPATIVOS (COLETA DE INFORMAÇÕES)

Foram realizadas 06 Oficinas, sendo 02 presenciais e 04 remotas, envolvendo novas cozinhas identificadas e cozinha que não pode

comparecer presencialmente por surto de gripe e ou Covid-19.

02 Reuniões Presenciais:

Dia 17 de junho de 2022 | 8h30 às 11h30

Auditório Dom Aloísio Lorscheider – Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza

Av. Osório de Paiva, 5623, Canindezinho, Fortaleza – Ceará

Número de participantes: 12

Entidades participantes: Instituto Avivar; AMB-JUNIDAS; Criart; ASCABONJA; Projeto Irmão Sol, Irmão Lua; Diálogos Urbanos/UNILAB; NUPEGA/UFC; CDVHS



Dia 24 de junho de 2022 | 8h30 às 11h30

Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza

Av. Osório de Paiva, 5623, Canindezinho, Fortaleza – Ceará

Número de participantes: 18

Entidades participantes: AEUSM; COMPASA; ASCOPAN; EGA/MSM; Fábrica do Bom; SOS Periferia; Instituto Maria do Carmo; Associação dos Moradores do Marrocos; Projeto Irmão Sol, Irmã Lua; ACCDS Granja Lisboa; Diálogos Urbanos/UNILAB; CDVHS



04 Reuniões Remotas:

Dia 04 de julho de 2022

Organização Queira Bem



Auditório Dom Aloísio Lorscheider – Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza

Av. Osório de Paiva, 5623, Canindezinho, Fortaleza – Ceará

Número de participantes: 31 pessoas

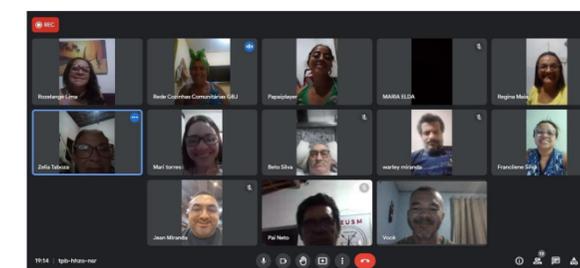
Entidades Participantes: Associação dos Moradores da Comunidade Marrocos; ASCA-BOMJA; AMBJUNIDAS; Projeto Irmão Sol, Irmã Lua; Associação Avivar; Instituto Maria do Carmo; Instituto Confia Brasil; ASCOPAN; Paróquia Santa Paula Frassinetti; SOS Periferia; Cozinha Solidária Ana Facó; CUBMGP; Diálogos Urbanos/UNILAB; NUPEGA/UFC; CDVHS/ Comissão Proteção Crianças e Adolescentes Rede DLIS; CONSEA CE



11 Oficinas Remotas:

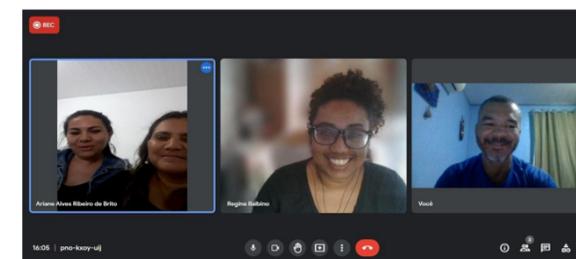
Dia 28 de julho de 2022

Objetivo: apresentação de proposta de ciclo de reuniões remotas e pactuação de calendário.



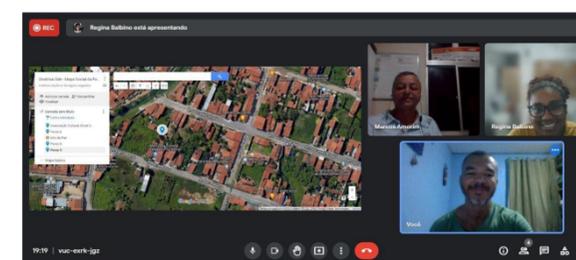
Dia 05 de julho de 2022

Instituto Confia Brasil



Dia 07 de julho de 2022

Cozinha Cultura Solidária Omõrisà Odê



Dia 08 de julho de 2022

Cozinha Comunitária CPEC Pé no Chão



8.10. APÊNDICE 10: DATAS, LOCAIS E PARTICIPANTES DAS OFICINAS DE LEITURA COMUNITÁRIA MAPAS PARTICIPATIVOS (VALIDAÇÃO PARTICIPATIVA)

Foram realizadas 11 Oficinas para apresentação conferência, qualificação e validação dos mapas, sendo 01 presencial e 10 remotas.

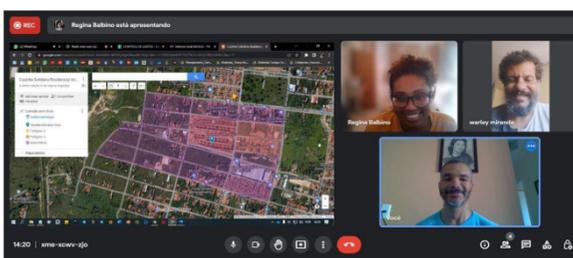
01 Reunião Presencial:

Dia 22 de julho de 2022 | 8h30 às 11h30

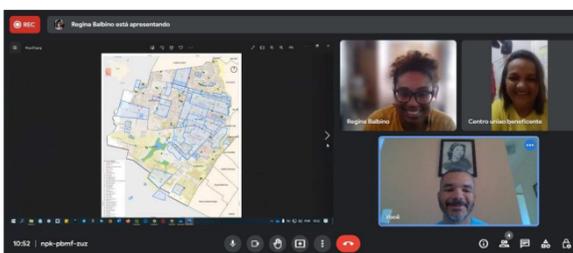
Dia 08 de agosto de 2022

Foi realizado 01 ciclo de 04 reuniões remotas

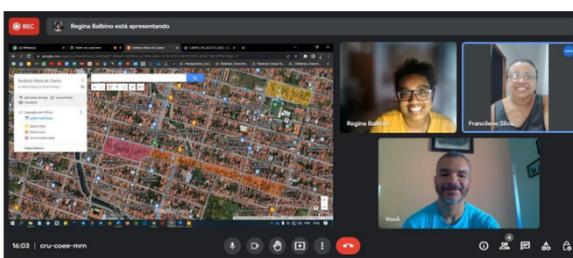
Residencial Ana Facó



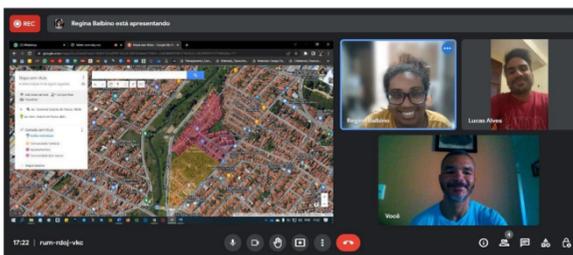
Centro União Beneficente dos Moradores da Granja Portugal



Instituto Maria do Carmo



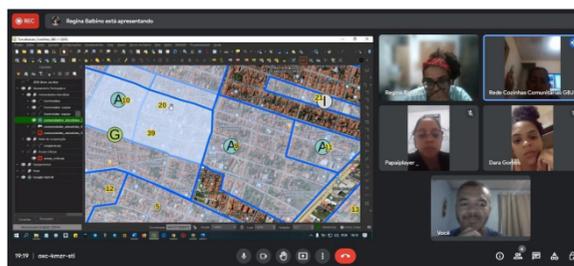
SOS Periferia



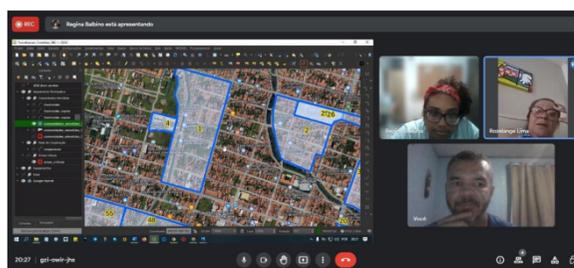
Dia 11 de agosto de 2022

Foi realizado 01 ciclo de 5 reuniões remotas

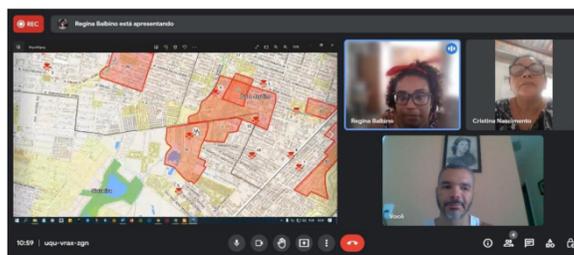
AMBJUNIDAS



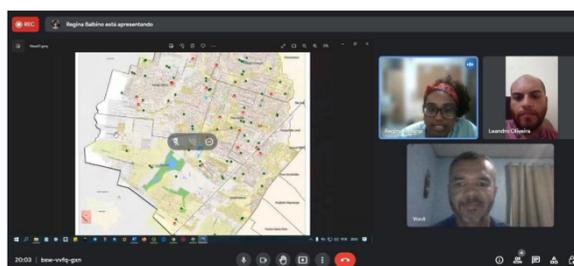
Instituto Avivar



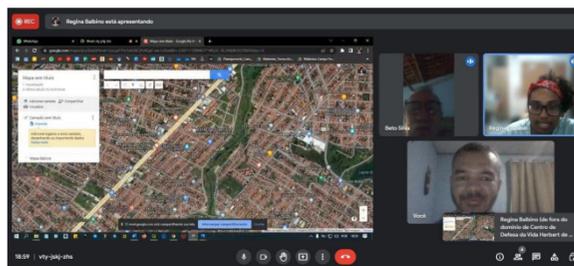
Cozinha Criativa Criart



Escola de Gastronomia Autossustentável Movimento Saúde Mental



Projeto Irmão Sol, Irmã Lua



8. 11. APÊNDICE 11: RODAS DE DIÁLOGOS FINAIS (CONSTRUÇÃO DAS PROPOSTAS DE RECOMENDAÇÕES E VALIDAÇÕES FINAIS DOS MAPAS E DA CARTA DA RCC)

Dia 12 de agosto foi realizada uma Roda de Diálogo para a construção coletiva e colaborativa de propostas de políticas públicas para serem incluídas como recomendações ao relatório. Nos dias 23 e 25 de agosto foram realizados 02 ciclos de reuniões remotas para validação final das 07 peças cartográficas, produtos da pesquisa.

Dia 12 de agosto de 2022

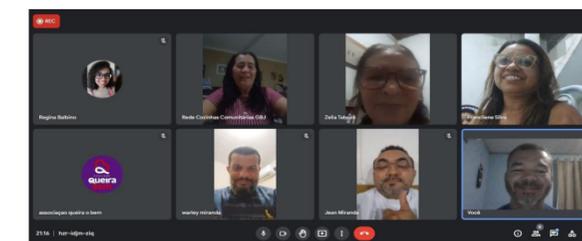
Centro União Beneficente dos Moradores da Granja Portugal

Rua Teodoro de Castro 1760 esquina com Avenida José Torres, Granja Portugal, Fortaleza, Ceará

Número de participantes: 23 pessoas

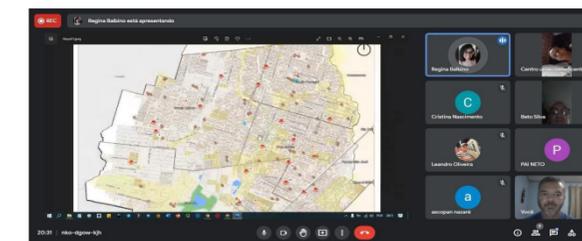
Entidades participantes: CUBMGP; Comunidade da Paz; Instituto Maria do Carmo; Cozinha Solidária e Criativa Criart; Instituto Avivar; Associação dos Moradores da Comunidade Marrocos; EGA/MSM; Cozinha Solidária Ana Facó; AEUSM; AEBJUNIDAS; Diálogos Urbanos/UNILAB; NUPEGA/UFC; Mandata Nossa Cara; Curso de Gastronomia UFC

Queira Bem, Instituto Maria do Carmo, AMB-JUNIDAS, Marrocos, Ana Facó.



Dia 25 de agosto de 2022

Validação remota das 07 peças cartográficas e da Carta da Rede de Cozinhas Grande Bom Jardim pelas cozinhas: ASCOPAN, Irmão Sol, Irmã Lua; CUBMGP; Cozinha Criativa Criart; Escola de Gastronomia Autossustentável (MSM); São Miguel. A Cozinha Solidária Omõrisa Odè aprovou em mensagem privada. CPEC Pé no Chão, Avivar e Omõrisa Odè validaram através de mensagens publicadas em aplicativo de mensagens instantâneas.



8. 12. APÊNDICE 12 - CARTA PÚBLICA DA REDE DE COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM

CARTA DA REDE DE COZINHAS COMUNITÁRIAS DO GRANDE BOM JARDIM

Somos dezenas de cozinhas comunitárias. Trabalhamos em rede e afirmamos a solidariedade em nosso cotidiano. Nossos atos e palavras mostram quem nós somos. Para nós a dignidade do ser humano é um valor central. Nossa prática cotidiana é resiliência e afirmação de amor ao próximo. Dia após dia, e vivenciando os maiores desafios e dificuldades, nós captamos insumos e parcerias, produzimos, preparamos e distribuimos alimentos. Atendemos sessenta e duas comunidades, sendo dezessete com fome severa, e mais de cinco mil famílias, em cinco bairros do Grande Bom Jardim, um território periférico onde residem mais de 225 mil habitantes. Nossas cozinhas

Dia 23 de agosto de 2022

Validação remota das 07 peças cartográficas e da Carta da Rede de Cozinhas Grande Bom Jardim pelas cozinhas: Santa Paula Frassinetti,

comunitárias têm capacidade de produção anual de mais de 187 mil refeições. Assim, em um contexto sindêmico, onde a fome é uma epidemia emergente em meio a crises socioeconômica e sanitária, estamos juntos com os mais vulneráveis, acolhendo e apoiando. Vocês nos encontram nas cozinhas, nas ruas, nas esquinas e nos espaços públicos do Bom Jardim, do Canindezinho, da Granja Lisboa, da Granja Portugal e do Siqueira.

Já passou da hora de reconhecer a potência e o valor das periferias. Uma força motriz pulsa das periferias urbanas e cabe aos gestores, parlamentares e magistrados valorizar e reconhecer os agentes populares e comunitários.

Nossa luta é ancestral e sabemos que juntos somos fortes. Respeitamos uns aos outros, valorizamos a diversidade e entendemos as diferenças. Construímos consensos, formamos decisões coletivas e atuamos conjuntamente. Nossas cozinhas são espaços de convivência, interação e acolhimento. Somos uma rede de afetos e fortalecimento mútuo. Mobilizamos tradições, preservamos patrimônios e recriamos saberes e práticas. Inventamos estratégias e formas de organização e de atuação, compartilhamos saberes e fazemos da educação um processo continuado, intenso e valioso. Promovemos trocas e intercâmbios e cuidamos da população local e uns dos outros. Assim, somos autônomos, inventivos, pensantes e proativos. Promovemos a cidadania, lutamos por uma democracia ampliada e participativa e defendemos a vida e a saúde comunitária. Mais do que isso, produzimos conhecimentos significativos, apresentamos demandas e propostas concretas e demandamos a nossa participação na gestão de sistemas, de instituições e de políticas públicas.

Afirmamos que são inaceitáveis as injustiças, desigualdades e violações de direitos que atingem as famílias nas periferias. Mais do que isso, é inaceitável a omissão e a passividade de gestores, de legisladores e de magistrados. É também inaceitável que um gestor se recuse a dialogar com o movimento popular-comunitário e que o próprio Estado desmantele direitos.

O Estado precisa assumir o seu papel e a sua

responsabilidade. São necessárias ações emergenciais, pois quem tem fome, tem pressa. E, ao mesmo tempo, urge construir sistemas e políticas públicas estruturais e permanentes de segurança alimentar e nutricional, as quais incluam em suas metas o fortalecimento das cozinhas comunitárias nas periferias.

Nós produzimos o Mapa Participativo de Enfrentamento à Fome do Grande Bom Jardim, que indica quais as quadras, as ruas e as comunidades estão mais vulneráveis à fome no Grande Bom Jardim, neste momento. O Mapa do Enfrentamento à Fome também apresenta as nossas recomendações, demandas e propostas. Por isso, perguntamos: - O que farão os gestores, os legisladores e os magistrados diante dessas informações, recomendações, demandas e propostas?

Para finalizar esta Carta, queremos agradecer aos que nos apoiam. É essencial que esse apoio continue, pois a fome continua e se torna mais grave, as filas de pessoas buscando comida estão aumentando e as doações estão diminuindo. Nosso trabalho e nossa luta continuam.

Grande Bom Jardim, Fortaleza, Ceará, Brasil

02 de setembro de 2022

Assinam

Movimento de Saúde Mental Bom Jardim (MSM) Escola de Gastronomia Autossustentável (EGA), Rua Doutor Fernando Augusto, 980, Parque Santo Amaro, BOM JARDIM, CEP: 60543-372

Associação dos Moradores do Bom Jardim Cozinha Social AMBJUNIDAS, Rua Nova Conquista, 415, Parque Santo Amaro, BOM JARDIM, CEP: 60543-352

Associação Espírita de Umbanda São Miguel, Rua Medelin, 2914, GRANJA LISBOA, CEP: 60540-000 (entre a UPA e o cemitério)

Instituto Maria do Carmo, Rua Coronel Fabriciano, 1820 B, CEP: 60540-835, Granja Portugal

CPEC Pé no Chão, Rua Alves Bezerra, 708, Parque São Vicente, SIQUEIRA, CEP: 60736-130

Fábrica do Bem, Rua Samaria 1519, Pantanal, BOM JARDIM, CEP: 60545-284

Projeto Irmão Sol, Irmã Lua, Rua São Felipe, 868, CEP: 60731-020, Parque Jerusalém CANINDEZINHO

Cozinha SOS PERIFERIA, Av. General Osório de Paiva, 5095, CEP: 60732-142

Cozinha Cultura Solidária, coordenada pela Associação Cultural Afoxé Omõrisà Odè, Rua Geraldo Barbosa, 2971, Granja Lisboa, CEP: 60540-342

Cozinha Solidária e Criativa Criart, Endereço: Rua Maranguape, 385 - Bom Jardim, Fortaleza - CE, CEP: 60.731-555

Cozinha Social da Associação Comunitária dos Moradores do Parque Nazaré, ASCOPAN, Rua Padre Palhano, 1115, Siqueira, CEP: 60732-240

Cozinha Comunitária da Paróquia Santa Paula Frassinetti, Rua Paulino Rocha, 2417, CEP: 60540-576, Granja Lisboa

Cozinha Comunitária Instituto Avivar, Rua Carícia de Menina, nº 1030, Granja Lisboa, CEP: 60.540-395

Cozinha Comunitária da Associação Comunitária dos Moradores do Marrocos, Rua Reginaldo França Rodrigues, 150, Siqueira, CEP: 60544-322

Cozinha Comunitária da Associação dos Moradores do Parque Santo Amaro, Rua Waldemar Paz Bragança, 1464, Bom Jardim, CEP: 60545-055

Cozinha Comunitária Organização Queira Bem, Rua João XXIII, 557, Granja Portugal, CEP: 60.540-665

Cozinha Comunitária Centro União Beneficente dos Moradores da Granja Portugal, Rua Teodoro de Castro, 1760, CEP: 60.541-195

Cozinha Solidária Ana Facó, Rua Andreia Soares, 1099 - bloco 4 AP 402 CEP 60544-340

